

**GT-54**

**MARIA DE LURDES GOMES MIRANDA DO VALE**

**ANÁLISE DO ORDENAMENTO DO  
ESPAÇO URBANO NA VILA DO BILENE**

“TRABALHO DE DIPLOMA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU ACADÉMICO DE  
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA”

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS**

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**



MAPUTO, JUNHO DE 2000

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS**

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**ANÁLISE DO ORDENAMENTO DO ESPAÇO URBANO  
NA VILA DO BILENE**

“Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos exigidos para  
obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane”

**MARIA DE LURDES GOMES MIRANDA DO VALE**

Orientador: Prof. Doutor Manuel G. Mendes de Araújo

04

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 27416
DATA 12/ Dezembro 1.00
ADQUIÇÃO. <i>Electo</i>
COTA # <i>GT-54</i>

MAPUTO, JUNHO DE 2000

711.4 (679)  
V 149a

## DECLARAÇÃO

Declaro, por minha honra, que a presente dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que esta constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

  
\_\_\_\_\_  
Maria de Lurdes Gomes Miranda do Vale

## DEDICATÓRIA

Em especial ao meu marido e aos meus filhos pelo apoio e pela força que me deram ao longo destes anos.

Aos meus pais e outros familiares no geral, que, mesmo estando ausentes, me deram alguma palavra de incentivo.

## ABREVIATURAS

- CBD — Central Business District
- RDH — Relatório do Desenvolvimento Humano
- PDM — Plano Director Municipal
- MICOA — Ministério para a Coordenação e Acção Ambiental
- GTA — Grupo de Trabalho Ambiental
- BPD — Banco Popular de Desenvolvimento
- Qdi — Dunas Interiores do Quaternário
- Qdc — Dunas Costeiras
- ACNUR/PNUD — Alto Comissariado das Nações Unidas para os  
Refugiados/Programa das Nações Unidas para o  
Desenvolvimento
- ONG — Organização Não Governamental
- APIE — Administração do Parque Imobiliário do Estado
- EP1 — Ensino Primário (1º Grau ).
- EP2 — Ensino Primário (2º Grau ).
- MCEL — Moçambique Celular
- UGT — União Geral das Cooperativas
- INPF — Instituto Nacional do Planeamento Físico
- P.A. — Posto Administrativo
- D.T.S.— Doenças de Transmissão Sexual

## AGRADECIMENTO

Ao meu supervisor, Prof. Doutor Manuel G. M. de Araújo em especial, pela sua disponibilidade e presença constante e pelo apoio ao nível de grande parte da bibliografia consultada, o que permitiu que este trabalho fosse realizado com agrado, os meus sinceros agradecimentos

À dr<sup>a</sup> Ximena Andrade, regente da cadeira de 'Seminário de Especialização II', onde foi possível, com o seu apoio, desenhar o 'projecto' que proporcionou a elaboração desta dissertação.

À dr<sup>a</sup> Helena Motta do 'MICOA' por me facultar informação relacionada com a área de estudo.

Ao Chefe do Posto Administrativo da Praia do Bilene pela sua disponibilidade em receber-me, assim como a todas as pessoas que permitiram o acesso directo ou indirecto às fontes que alicerçaram este trabalho.

No geral a todos os docentes do Departamento de Geografia que me acompanharam ao longo deste percurso.

A todos manifesto a minha gratidão ...

## RESUMO

A maioria dos centros urbanos em Moçambique localizam-se ao longo da costa, observando-se uma certa regularidade na sua distribuição de norte a sul do País. Não se pode, de acordo com MICOA (1998), falar de uma rede urbana efectiva, pois estes centros não estabelecem, no espaço geográfico, relações de complementaridade, de forma a apresentarem uma vida funcional.

O fenómeno urbano em África, e em Moçambique em particular, mostra uma grande complexidade, contribuindo para isso inúmeros factores, entre os quais o crescimento populacional e o êxodo rural, como o referem várias fontes. Por este motivo se torna tão importante tomar decisões por forma a contribuir para a resolução de problemas ao nível das questões urbanas, como o abastecimento de água e energia eléctrica, as infraestruturas de saneamento básico, a saúde e a educação, as acessibilidades, os transportes, o emprego e a melhoria das condições de vida das populações.

Planificar os centros urbanos não passa apenas por considerar os seus limites físico-geográficos, mas, acima de tudo, observar os problemas a resolver numa perspectiva da região onde estão inseridos (TEXTOS DE APOIO. 1998). Neste sentido, e se considerarmos que o aumento da população nas cidades não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento urbano, obteremos talvez a resposta aos muitos e complexos problemas que se colocam neste momento nas cidades e vilas de Moçambique, em que o número da população pobre vai aumentando e as infraestruturas existentes se vão degradando.

Por esse motivo, pela actualidade destas questões e porque é urgente pensar e tomar decisões para a resolução dos problemas urbanos em Moçambique, surge a vontade de fazer a 'Análise do Ordenamento do Espaço Urbano na Vila do Bilene'.

Este trabalho tem como principal objectivo analisar o actual ordenamento do espaço urbano neste Posto Administrativo (vila), considerando que este se insere na área costeira, que apresenta um certo potencial em recursos naturais que o podem conduzir a um desenvolvimento sustentável com a participação da comunidade local.

Os métodos utilizados para a elaboração do mesmo foram:

- Selecção e consulta bibliográfica por forma a obter a base teórico-conceptual necessária.
- Observação directa no campo, permitindo conhecer melhor a área de estudo e as formas de ocupação do espaço.
- Observação indirecta, com base no mapa de 'uso e ocupação do solo', e fotografias.
- Método cartográfico, que permitiu a localização geográfica e o enquadramento regional da área de estudo.
- Método das entrevistas 'não estruturadas' permitindo um conhecimento mais detalhado da área de estudo.

A presente dissertação mostra-se organizada em quatro capítulos. No primeiro, apresenta-se a introdução, os objectivos gerais e os específicos, as hipóteses e o enquadramento teórico. No segundo, trata-se do enquadramento regional da área de estudo, bem como a sua divisão administrativa, a caracterização física e sócio-económica da área de estudo. No terceiro, apresentam-se questões relacionadas com a

população do posto administrativo, as actividades económicas, o uso e ocupação do solo urbano, o sector comercial, o sector social focando questões relacionadas com a educação, a saúde, o saneamento básico, a distribuição de água e energia eléctrica, as comunicações e os transportes, as perspectivas de desenvolvimento do turismo e o meio natural, o crescimento da vila e políticas de participação comunitária e a necessidade de existência de um cadastro actualizado e o crescimento da urbe. Por último, no quarto capítulo apresentam-se as conclusões que fundamentalmente se podem sintetizar da seguinte forma:

- A falta de um PDM e de um cadastro actualizado dificultam a gestão urbana, fazendo com que o desenvolvimento de infraestruturas turísticas e de habitação na área urbana ocorra desordenadamente;
- As infraestruturas de saneamento e de abastecimento de água à vila necessitam de uma reestruturação de base;
- Os serviços de fornecimento de energia eléctrica devem ser melhorados assim como a eliminação do lixo urbano deve ter um lugar apropriado;
- A saúde e a educação devem ser também reestruturadas;
- A rede comercial deverá ser repensada tendo em conta o desenvolvimento turístico;
- A melhoria dos acessos e arruamentos, mostra-se fundamental para que seja possível o desenvolvimento;
- A participação da comunidade, em todos os sectores da vida da vila, é fundamental visando o desenvolvimento sustentável.

## ÍNDICE GERAL

	Pag.
DECLARAÇÃO .....	i
DEDICATÓRIA .....	ii
ABREVIATURAS .....	iii
AGRADECIMENTO .....	iv
RESUMO .....	v
ÍNDICE DE TABELAS .....	5
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	6
 <b>CAPÍTULO I.</b>	
INTRODUÇÃO .....	7
1. OBJECTIVOS DO TRABALHO .....	10
2. AS HIPÓTESES DO TRABALHO .....	11
3. METODOLOGIA .....	11
4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	14

## CAPÍTULO II.

### ENQUADRAMENTO REGIONAL DA ÁREA DE ESTUDO

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E LIMITES  
DA ÁREA DE ESTUDO .....29
2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA .....29
3. BREVE CARACTERIZAÇÃO FÍSICA  
DA ÁREA DE ESTUDO .....31
4. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA  
DA ÁREA DE ESTUDO .....33

## CAPÍTULO III.

### A VILA DO BILENE ( POSTO ADMINISTRATIVO DA PRAIA )

1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....35
2. ACTIVIDADES ECONÓMICAS NO POSTO  
ADMINISTRATIVO DA PRAIA DO BILENE .....41
3. O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO .....44

4. O SECTOR COMERCIAL .....	45
5. O SECTOR SOCIAL .....	48
5.1 A EDUCAÇÃO .....	48
5.2 A SAÚDE .....	50
5.3 SANEAMENTO BÁSICO .....	51
5.4 DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA .....	52
5.5 COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES .....	54
6. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E O MEIO NATURAL .....	55
7. CRESCIMENTO DA URBE E POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....	59
8. A NECESSIDADE DA EXISTÊNCIA DE UM CADASTRO ACTUALIZADO E O CRESCIMENTO DA VILA .....	62

CAPÍTULO IV.

CONCLUSÕES .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	67
ANEXOS .....	72

## ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 – Estrutura etária e sexual do Distrito de Bilene-Macia.....	36
Tabela 2 – Distribuição espacial da população por bairros, segundo o número de casas, famílias e sexo no Posto Administrativo do Bilene – 1999.....	39
Tabela 3 – Estâncias turísticas actualmente em funcionamento na Praia do Bilene (não incluindo os parques de campismo.....	57
Tabela 4 – Projectos turísticos aprovados no Bilene.....	58

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – Distribuição espacial da população do Distrito do Bilene-Macia por Postos Administrativos.....	37
Gráfico 2 – Estrutura da população do Posto Administrativo por grupos etários e sexo (1998).....	38
Gráfico 3 – Distribuição da população feminina e masculina por bairros em percentagem, em relação à população total do posto.....	40
Gráfico 4 – Razão de sexo por bairro (1999).....	41
Gráfico 5 – Distribuição dos alunos segundo o nível frequentado – Posto Administrativo da Praia do Bilene(1998).....	49
Gráfico 6 – Relação de sexo dos alunos que frequentam a escola segundo (1998).....	49
Gráfico 7 – Distribuição dos alunos segundo as idades (1998).....	50
Gráfico 8 – Distribuição dos poços por bairro .....	54

## CAPÍTULO I.

### INTRODUÇÃO

Citando MICOA (1996), o sucesso do desenvolvimento nacional, a longo prazo, depende da capacidade de gestão de todo o potencial de que o País dispõe, principalmente nas áreas agrícola, pesqueira, florestal, mineira e no turismo.

A mesma fonte refere ainda que os centros urbanos em Moçambique apresentam uma estrutura do tipo colonial em que a 'área de cimento' se encontra ordenada e se caracteriza pela existência de infraestruturas, e as áreas rurais e peri-urbanas mostrando uma grande carência ao nível dos serviços básicos de apoio à população. Após a independência do País, o planeamento urbano e a gestão urbana têm tido muitas insuficiências, principalmente ao nível dos recursos humanos e dos recursos económicos para o efeito.

A não existência de uma gestão racional do solo promove o aparecimento arbitrário de construções no espaço geográfico de acordo com as conveniências pessoais, sem considerar a existência de planos de urbanização e os perigos que em termos estéticos e ambientais podem surgir. Neste sentido, e a área de estudo não é uma excepção, podemos assistir actualmente ao surgimento da construção de edifícios em lugares não adequados como é o caso das 'zonas' pantanosas, praias, ravinas, nas proximidades de aeroportos e linhas de transporte de energia, etc.

As regras básicas de urbanização não estão a ser cumpridas, nomeadamente a distância entre construções, as dimensões dos lotes, o saneamento e a drenagem e o

acesso e aproveitamento dos solos, não devendo também esquecer que a protecção do ambiente natural nem sempre se observa.

Gerir correctamente o ambiente urbano, de acordo com a fonte supracitada, depende basicamente dos recursos humanos e da formação à altura das necessidades, sendo condição fundamental a existência de infraestruturas, e uma boa rede de prestação de serviços.

É neste sentido que surge a vontade de fazer a análise do ordenamento do espaço urbano na Vila do Bilene, tendo em conta a sua localização geográfica, o seu potencial natural, e a 'explosão' da construção nos últimos anos.

Deste modo, na análise das formas de ocupação do espaço neste Posto Administrativo, pretende-se investigar se:

- A construção nos últimos anos tem assumido proporções nunca antes observadas;
- A inexistência de um PDM contribui para dificultar a gestão da vila;
- A especulação fundiária tem contribuído para a actual situação no 'ordenamento do espaço'.

Considerando estes pressupostos, observa-se na área de estudo uma ocupação do espaço sem ordenamento, problema que se pode agravar pela ausência de um PDM e de um registo do cadastro actualizado.

Assim, o presente trabalho é constituído por quatro capítulos estruturados da seguinte forma:

- No primeiro capítulo é apresentada a introdução, os objectivos que se pretendem alcançar com esta investigação, as hipóteses, a metodologia que permitiu a realização da mesma e, para terminar o capítulo um, o enquadramento teórico,



onde são apresentadas as bases teóricas que fundamentam esta investigação no contexto do ordenamento do espaço urbano, justificando assim uma inserção num contexto mais amplo que é o do território nacional.

- No segundo capítulo faz-se o enquadramento regional da área de estudo. No ponto um, mostra-se a localização geográfica da mesma área ; no ponto dois, apresenta-se a divisão administrativa; no ponto três, caracteriza-se a área de estudo, e o ponto quatro faz a caracterização social e económica.
  
- O terceiro capítulo, e no ponto um, pretende-se caracterizar a população do Posto Administrativo da Praia do Bilene; no ponto dois descrevem-se sumariamente as actividades económicas deste Posto Administrativo; no ponto três referem-se as formas de uso e ocupação do solo urbanos; no ponto quatro fala-se do comportamento do sector comercial na área de estudo; no ponto cinco apresenta-se a situação relativamente à educação (ponto 5.1), à saúde (ponto 5.2), ao saneamento básico (ponto 5.3), à distribuição de água e energia eléctrica (ponto 5.4) e às comunicações e transportes (ponto 5.5); no ponto seis deste capítulo, fala-se das perspectivas de desenvolvimento do turismo e o meio natural; o ponto sete é sobre o crescimento da vila e políticas de participação comunitária; e o capítulo termina com o ponto oito, sobre a necessidade da existência de um cadastro actualizado visando o crescimento da urbe.

## 1. OBJECTIVOS DO TRABALHO

### **Objectivo Geral:**

Analisar o actual ordenamento do espaço urbano na Vila do Bilene, considerando a sua localização geográfica e o seu enquadramento regional, o potencial de recursos naturais e o forte crescimento urbano de que a área de estudo tem sido alvo, devido à sua importante função de acolhimento.

### **Objectivos Específicos:**

- Observar as formas de ocupação do espaço;
- Identificar os tipos de assentamentos existentes;
- Analisar as condições de existência das infraestruturas sociais e económicas da vila;
- Analisar o comportamento demográfico da população;
- Avaliar o impacto que o desenvolvimento da actividade turística pode ter sobre o desenvolvimento da vila e a melhoria das condições de vida da população;
- Mostrar a importância da participação da comunidade local nas estratégias de desenvolvimento do turismo;

- Revelar a importância da formação da população no turismo e hotelaria de forma a transformá-la em principal beneficiária do desenvolvimento da actividade.

## 2. AS HIPÓTESES DO TRABALHO

Para a realização deste trabalho foram colocadas as seguintes hipóteses:

- A construção nos últimos anos tem assumido proporções nunca antes observadas;
- A inexistência de um Plano Director Municipal contribui para dificultar a gestão da vila;
- A especulação fundiária tem contribuído para a actual situação no 'ordenamento do espaço urbano'.

## 3. METODOLOGIA

A realização deste trabalho consistiu, em primeiro lugar, na escolha do tema. Este surge na sequência de leituras e da constatação daquilo que são os problemas mais actuais da população, relacionados com a tendência que esta tem de se fixar nas 'zonas' urbanas e na dificuldade que os centros urbanos têm de poder comportar

estruturalmente um número cada vez maior de residentes, deteriorando-se assim o ambiente urbano ao nível das condições de saneamento, do abastecimento de água potável e do tratamento de resíduos sólidos urbanos, a erosão dos solos, o desflorestamento e no geral uma deficiente gestão urbana pela ausência de um ordenamento efectivo do espaço.

No âmbito da disciplina de 'Práticas de Investigação II' procedeu-se à elaboração do projecto. Inicialmente foram pensadas outras áreas de estudo dentro do mesmo tema, mas, por fim, a escolha caiu sobre a Vila do Bilene. Em primeiro lugar pela sua localização geográfica numa área costeira; depois, porque há muito que é conhecida a forte atracção que ela exerce sobre a população de Maputo como um lugar de eleição para passar férias e descansar e, por fim, por se ter constatado 'in loco' o surgimento de numerosas construções e projectos ligados ao turismo. Assim surge a curiosidade de saber como está a decorrer a gestão urbana ao nível dos problemas de base, o que está a acontecer com o ordenamento do espaço e com que dificuldades estão sendo confrontadas as estruturas locais.

A existência de informação de base sobre a área de estudo (trabalhos, projectos turísticos, estudos de impacto ambiental, mapas, planta de uso e ocupação do solo, fotografias aéreas), permitiu um bom conhecimento deste Posto Administrativo.

Houve necessidade de seleccionar as fontes a partir das quais foi feito o 'enquadramento teórico', onde assentam as bases conceituais e teóricas desta investigação.

Assim, dos métodos utilizados para que esta pudesse ser elaborada constam:

- A revisão e consulta bibliográficas realizadas através das fontes referidas ao longo do texto e nas referências bibliográficas, nomeadamente obras sobre Urbanismo, Políticas e Gestão de Solos, Planeamento Municipal, População e Desenvolvimento, Participação Comunitária, etc.;
- O método de observação directa foi concretizado no campo, onde pôde ser constatada toda a problemática urbana. Foram tiradas fotografias a infraestruturas sociais e económicas (que integram este trabalho), umas em construção, outras completamente degradadas e algumas estando a ser utilizadas, mas precisando de reabilitação;
- Foram feitas, no terreno entrevistas não estruturadas à população e a estruturas locais, que permitiram ter uma visão mais realista do que são as principais preocupações ao nível local;
- Foi utilizado o método de observação indirecta, a partir de mapas e da planta de uso e ocupação do solo;
- Utilizou-se o método descritivo, baseado nas leituras bibliográficas e nas observações no campo;
- O método comparativo realizou-se essencialmente a partir de comparações estabelecidas entre a parte urbana da vila e a parte rural;
- Foi utilizado o método cartográfico, localizando os elementos espaciais em mapas temáticos e adaptando alguns através de montagem em software.
- Foram elaborados gráficos a partir de informação recolhida na bibliografia, nomeadamente a partir do Censo (1997), que representam fenómenos relativos à área de estudo;
- O trabalho finalizou com a sintetização e redacção da informação recolhida, análise e interpretação da mesma.

#### 4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo do trabalho abordar-se-á a temática do Planeamento Urbano, a evolução histórica do fenómeno do crescimento das cidades, as relações de similaridade entre o mundo dito desenvolvido e o continente africano, particularizando para o caso de Moçambique.

De acordo com Textos de Apoio (1998), projectar, num determinado espaço geográfico e num determinado tempo, um conjunto de acções cujos objectivos são a resolução de problemas futuros bastante diversos de natureza social, económica e ambiental não é mais do que um processo de planeamento que engloba diferentes fases, como por exemplo:

- A identificação do problema.
- A definição dos objectivos relacionados com o problema.
- A identificação de possíveis entraves ao processo.
- As perspectivas da situação futura.
- A elaboração de um plano contendo as políticas e as estratégias a adoptar.

Segundo a mesma fonte, o planeamento pode ser considerado como uma forma de pensar e entender os problemas de índole social e económica perspectivando o futuro e, prestando particular atenção à relação que se estabelece entre os objectivos, a tomada de decisões e as diferentes motivações que conduzem ao entendimento das políticas e dos programas que devem ser seguidos. Neste sentido, planear surge da *“necessidade de controlar as alterações humanas que, utilizando capital e recursos, não podem ser apenas determinadas pelo mercado”* (TEXTOS DE APOIO. 1998). Esta fonte diz ainda que, o planeamento visa a melhoria do uso do espaço, a gestão dos recursos disponíveis e a melhoria da qualidade do sector social e do ambiente.

No processo de planeamento (TEXTOS DE APOIO. 1998), há duas componentes essenciais que dele fazem parte integrante. Uma, a componente política; e a outra, a componente técnica. As duas componentes nem sempre se encontram de acordo relativamente à resolução dos problemas. No entanto, a execução técnica deve ser sempre da responsabilidade de diferentes especialistas como: geógrafos, sociólogos, arquitectos, economistas e outros, e materializada através de um documento (plano), que é um instrumento que contém todas as acções a desenvolver. Ao elaborar um plano, a equipa técnica deve ter sempre presente que o processo de planeamento é um processo contínuo e flexível, havendo sempre lugar para alterações e ajustamentos, de forma a manter a sua actualidade. Assume assim um papel de grande valor no sentido de corrigir as assimetrias regionais.

Actualmente as cidades não podem ser planificadas considerando exclusivamente os seus limites físicos, isto é, "*todos os problemas do planeamento urbano, da habitação, do trabalho, do tráfego, etc., deverão ser observados a partir do âmbito mais vasto de toda a região*" (TEXTOS DE APOIO. 1998).

Araújo (1997) refere que "*o conceito de urbano estravassa o de cidade*", sendo dois dos conceitos frequentemente confundidos. No entanto, é a cidade que "*está no centro da definição do espaço urbano*".

Do ponto de vista interpretativo, de acordo com Rémy et all (1997), a cidade surge como uma unidade social, local de convergência de produtos e de informações, desempenhando um papel de relevo nas trocas e em todas as actividades de direcção, de gestão e no processo de inovação. É "*o lugar onde grupos vários, embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima do mesmo território*" (RÉMY, et all. 1997:14).

*“A cidade é o núcleo central da actividade económica, social e política da civilização actual. Assim, não é de estranhar que investigadores oriundos de todos os ramos das ciências sociais e ambientais, tenham vindo a edificar os quadros considerados mais adequados de conhecimentos, de modo a facilitar a compreensão da ampla e difusa realidade que informa a cidade. Nenhuma área do conhecimento científico ou metodológico, por si só, tem a capacidade de abarcar toda a temática urbana, pois o número diversidade de problemas é suficientemente complexo”* (BRITO, et all.1991:14).

*“As disciplinas de entendimento e aplicação do processo de intervenção designar-se-ão, correntemente, por planeamento urbano e planeamento regional. As políticas e estratégias do domínio do planeamento urbano e regional formam um corpo do saber a que poderemos chamar urbanística. Por isso, só poderemos conceber os problemas da urbanização como um todo integrados nos problemas da região em que estão inseridos”* (TEXTOS DE APOIO. 1998:4).

*“Os geógrafos urbanos estão interessados em identificar e explicar a distribuição das cidades e as semelhanças e contrastes que ocorrem dentro e entre elas. Eles estão interessados no estudo do padrão urbano contemporâneo e nas maneiras como as distribuições e os arranjos internos das cidades se modificaram ao longo do*

O estudo das aglomerações humanas, desde sempre, despertou um grande interesse, revelando-se uma ramificação autónoma da Geografia Humana. A geografia urbana, como ciência, nasce no princípio do século XX, com trabalhos de Hasser (1907) e Blanchard (1911). Nesta fase, Brito et al (1991) refere que a investigação urbana interessa-se sobretudo por questões relacionadas com o sítio e a situação das cidades, revelando-se pouco explicativos no que se refere a diferenças e semelhanças entre diferentes aglomerações urbanas.

Os anos 50 ficaram marcados pela introdução de teorias gerais e modelos com base em séries ou hipóteses, restrições e simplificações, referentes à localização de cidades e análises de estruturas sócio/espaciais a diferentes escalas. O recurso a estes novos processos de trabalho teve por objectivos, para além do seu indiscutível valor científico, propor acções ao nível do planeamento no quadro de um dos períodos demográficos/espaciais mais importantes na expansão do fenómeno urbano à escala global (BRITO et al . 1991 ).

Araújo (1997) diz que, estruturalmente, as cidades apresentam-se no espaço de forma mais ou menos organizada, resultando da interacção de vários factores, que variam com o decorrer do tempo e que dão à cidade formas características que podem reflectir diferentes períodos e diferentes fases de crescimento. A estrutura urbana, refere ainda, tem suscitado interesse de muitos estudiosos e tem levado à construção de modelos e teorias que têm sido considerados no processo de desenvolvimento dos centros urbanos pelo mundo fora.

Um desses modelos, o de Burgess, ( ligado à escola de Chicago ), surge como forma de descrever uma certa estrutura de cidade em determinado tempo. Este modelo baseia-se nos seguintes pressupostos:

- *Heterogeneidade cultural e social da população, o que implica uma grande variação nas características desta;*
- *Economia da cidade baseada, fundamentalmente, no comércio e na indústria;*
- *Propriedade privada do solo e competição económica pelo espaço;*
- *Área e população da cidade em franca expansão;*
- *Transporte com igual facilidade, rapidez e custo em todas as direcções dentro da cidade;*
- *No centro da cidade concentra-se uma parte fundamental do emprego e, perto dele, as reservas de espaço são limitadas, ficando este sujeito a uma competição intensa, o que faz aumentar o seu valor, ao contrário do que sucede na periferia;*
- *Não existem áreas mais ou menos atractivas com base nas diferenças do solo;*
- *Não há concentrações de indústria pesada;*
- *Não se encontra, em nenhuma área da cidade, sobrevivência de antigos padrões do uso da terra " (ARAÚJO . 1997:56 ).*

O autor refere que este modelo mostra, como principal processo, a tendência que os residentes de determinada área têm para invadirem o espaço exterior mais próximo, mantendo o sistema uma dinâmica conferida pelo crescimento contínuo da população urbana que protagoniza movimentos migratórios em direcção ao centro. Nele, a construção ideal das tendências de uma urbe é a expansão radial a partir do CBD (Central Business District ), apresentando no seu conjunto 5 zonas concêntricas distribuídas do seguinte modo:

“ ...

*Zona 1 – O Central Business District é o centro da cidade onde se pratica o comércio retalhista e serviços no geral.*

*Zona 2 – Denominada área de transição, é ocupada a pouco e pouco pelo comércio e indústria ligeira. É uma área onde as habitações são frequentemente partilhadas e ocupadas por populações rurais que vão chegando à cidade.*

*Zona 3 – Área residencial de trabalhadores da indústria que saíram da zona 2.*

*Zona 4 – Apresenta-se como uma área residencial de elites com residências e apartamentos.*

*Zona 5 – Localizada entre os 30 e os 60 minutos de distância-tempo do centro da cidade abrange as áreas suburbanas e as cidades satélites” (ARAÚJO.1997:57).*

Araújo ( 1997) diz ainda que, actualmente, este modelo não mostra a mesma viabilidade que no seu tempo evidenciou, porquanto hoje nem todos os seus pressupostos se observam. Por exemplo, a questão do transporte urbano não apresenta actualmente igual facilidade, rapidez e custos.

Este autor refere o surgimento do modelo de Homer and Hoyt, ou modelo sectorial, em que são utilizados os mesmos pressupostos de Burgess, salvo no que diz respeito ao transporte, apresentando um padrão de construção de cidades baseado na escolha das residências das classes mais abastadas que se relacionam com boas e rápidas acessibilidades relativamente ao centro de negócios (CBD), em que a existência de água potável, terras altas e ambientes pouco poluídos são a preferência destes estratos populacionais. De acordo com este modelo, as áreas residenciais dos ricos e dos pobres têm tendência a repelir-se.

Um grande número de autores basearam os seus estudos tanto no modelo de Burgess como no modelo de Hoyt, ajustando-os a situações concretas como é o caso de Mann, Harris e Ullman. Para Mann, as melhores áreas residenciais estão localizadas de forma a receberem os ventos dominantes, isto é, em oposição às áreas industriais. Harris e Ullman acrescentaram aos modelos descritos a ideia de que o padrão do uso do solo urbano se estrutura à volta de diferentes centros ou núcleos descontínuos que podem até já existir há muito tempo, como, por exemplo, aldeias, áreas industriais ou até mesmo vilas que com a expansão da cidade, vão sendo áreas anexadas. Outros autores ainda comparam frequentemente a estrutura residencial das cidades a um grande mosaico, onde é possível visualizar elementos do modelo concêntrico de Burgess e do modelo sectorial de Hoyt, ajustando-se a cada realidade concreta (ARAÚJO. 1997).

*“A complexidade do fenómeno urbano, acompanhada pela sua dimensão, é, juntamente com a expansão demográfica, um dos fenómenos mais característicos da segunda metade do nosso século. O crescimento é mais acentuado nos países em desenvolvimento, onde, desde 1921 a 1980 a população urbana decuplicou enquanto a população rural passou somente para o dobro” (BRITO, et all, 1991: 106).* Segundo este autor, os maiores problemas de crescimento situam-se nas cidades da África ao sul do Sahara, na Ásia e na América Latina. Esta expansão criou um dos maiores desafios do século para tentar resolver situações de degradação extremas como, por exemplo, no que se refere ao abastecimento de água, infraestruturas de saneamento, escolas e transportes. Para vencer este desafio, os governos dos respectivos estados teriam de ver reforçada a sua capacidade financeira em cerca de 65% até ao ano 2001, o que é quase impossível. *“Uma percentagem elevada da população dos países subdesenvolvidos vai continuar a viver em situações no limiar ou abaixo do limiar da pobreza, ou seja, em piores condições do que aqueles que viviam no mundo rural que o abandonaram para procurar melhor sorte. No*

*entanto, regressar à origem é, na grande maioria dos casos impossível, já que as regiões rurais abandonadas, muitas sujeitas a prolongadas fases de sobreexploração, entraram em degradação e mantêm-se sem capacidade de suporte das suas populações, facto que continua a alimentar o êxodo rural” (BRITO. et all, 1991: 107 ).*

*“ Em África a urbanização foi em primeiro lugar um processo espacial, pelo que os homens se aglomeraram em número relativamente importante e sobre um espaço relativamente pequeno, mas foi também um processo social, gerador de contradições étnicas, linguísticas, profissionais e de classe. A cidade não é só um pólo de atracção, mas também de difusão “ (COQUERY-VIDROVITCH. 1993:11 ).*

Por seu turno Pourtier (1993:83) afirma que *“ A África negra distingue-se do resto do mundo pela juventude da maior parte das suas cidades, e pela corrida à urbanização que testemunha uma dinâmica para ultrapassar o seu atraso histórico. A grande maioria das cidades em África são de origem recente, nasceram da colonização dos séculos XIX e XX e, algumas são ainda mais recentes” .*

No entanto, para Araújo (1997:115 ) *“ uma primeira geração de cidades é caracterizada por ter uma origem endógena. Trata-se de aglomerados seculares e de todas aquelas que nasceram a partir dos mercados que favoreceram as transformações sócio-económicas inerentes ao desenvolvimento. De notar contudo, que nem todos os mercados , por mais importantes que fossem, deram origem a cidades, pois as relações destes com o espaço circundante dependem da extensão do raio de influência das trocas comerciais “.*

Este autor diz também que “ *os estudos de geografia urbana das cidades africanas iniciaram-se bastante tarde ( a partir dos anos 50 do presente século), porque se considerou, durante muito tempo, que este fenómeno é, fundamentalmente, inerente ao processo de colonização e de penetração do capital mercantil em África. Diversos estudos recentemente realizados revelam que isto não é verdade, pois se encontram diversos e variados indícios de espaços urbanos vindos dos séculos X e XI* “ ( ARAÚJO. 1997:111 ).

Apesar das várias opiniões existentes, na África Subsahariana, de acordo com Pourtier (1993), existem cada vez mais vilas rurais com funções de mercado ou mesmo funções administrativas, tendo subido à categoria de cidades. Não existe uniformidade nos critérios que definem as categorias das aglomerações humanas, ou seja as aldeias, as vilas ou as cidades, sendo por isso bastante difícil estabelecer comparações quantitativas ( POURTIER. 1993 ).

De um estudo realizado em oito países da África Ocidental verificou-se que “ *entre 1960 e 1980, o número de pequenas cidades com 5 000 a 20 000 habitantes passou de 150 para 400. Por exemplo na Costa do Marfim, o recenseamento de 1988 conta 121 cidades de mais de 4 000 habitantes, 108 das quais têm entre 4 000 e 50 000 residentes. A noção de cidade « pequena » ou « média » continua bastante fluida; não se trata de categorias estatísticas rígidas, podendo as dimensões demográficas e as características sócio-económicas variar de país para país e ao longo do tempo* “ ( ARAÚJO.1997:113 e 114 ).

Moçambique apresentava, segundo o RDH (1999), a cidade de Maputo com 2 212 milhares de habitantes em 1995, apontando as projecções para o ano 2 015 para 5 306 milhares de habitantes. Em 1995 a taxa de população urbana era de 38%,

estando previsto um crescimento de 4.7% até ao ano 2 015. De acordo com os dados do censo de 1997 a população urbana é de 4 290 367 habitantes, apresentando uma taxa de crescimento de cerca de 4,5 % ao ano, valor que se mostra superior à média da população total que é de 2,5%, isto quer dizer que o país se está a urbanizar a um ritmo bastante forte, dando-nos bem a noção da intensidade do processo de crescimento/desenvolvimento urbano em África, mesmo sem desenvolvimento agrícola e industrial.

Segundo a resolução nº 7 / 87 de 25 de Abril, foram reclassificadas as cidades de Moçambique em quatro diferentes categorias:

“ ...

- *Considera-se de nível 'A' a capital do país.*
- *Considera-se de nível 'B' as cidades da Beira e Nampula, que sendo Capitais de província têm um papel preponderante no desenvolvimento regional interno e na realização de programas de cooperação internacional.*
- *Atribui-se o nível 'C' às demais cidades capitais de províncias e às cidades cuja dimensão histórico-cultural e universal, bem como importância económica e em comunicações, têm interesse nacional e na cooperação regional.*
- *São cidades do nível 'D' os demais centros urbanos do país cujo grau de desenvolvimento os caracteriza como cidades e assumem um papel de relevo no desenvolvimento local “ ( PILILÃO. 1987: 109 ).*

Pelo carácter dinâmico que as cidades têm em Moçambique, estas “ *experimentam um crescimento rápido da população devido às precárias condições de vida no campo, donde a estrutura agrária sem tecnologia 'expulsa' a população para as*

zonas urbanas " ( Arnaldo, C., 1996:4, in: ABDULA, M., 1997:18 ), por outro lado, e segundo vários autores, este aumento da população nas cidades não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento urbano, agudizando e tornando cada vez maiores os problemas que se põem ao desenvolvimento, provocando o aumento da pobreza nas áreas urbanas. Neste sentido, torna-se necessário, como forma de irradiar a pobreza e como contribuição para um desenvolvimento urbano equilibrado, envolver as comunidades locais dando-lhes oportunidades de se organizarem, podendo até influenciar as políticas ao nível central, exigindo os seus direitos como cidadãos (RDH.1997). Segundo esta fonte, existem muitos exemplos de comunidades que se juntaram para combater a pobreza no Senegal, na China, nas Filipinas, na Tailândia, na Índia, etc.

Yeung (1986) refere que, em muitos países em desenvolvimento em que se registou uma rápida urbanização após a 2ª guerra mundial, particularmente nalgumas economias de mercado do continente asiático ( Coreia, Filipinas, Hong Kong, Indonésia e Malásia ), e noutros lugares do mundo onde existem comunidades com baixos recursos, observou-se um crescimento urbano explosivo, principalmente ao nível das grandes cidades. As autoridades municipais foram confrontadas com problemas de vária ordem, que necessitavam ser resolvidos ao nível do emprego, da habitação e de outras necessidades básicas para um maior número possível de pessoas.

Aos governos locais não foi possível criar suficientes empregos, os serviços municipais eram muito caros e a distribuição dos recursos não pôde ser feita de forma equitativa de modo que o ambiente urbano foi-se deteriorando. Surgiu, assim, a necessidade de gerir os serviços mediante estratégias de participação comunitária. Segundo este autor , a participação comunitária significa que existe a vontade de aceitar algumas responsabilidades e actividades, tanto por parte dos governos como da comunidade, tendo em atenção a análise de diversos factores como: a motivação; a liderança comunitária; a aprendizagem e; os recursos para o desenvolvimento

comunitário, cujos objectivos são a solução dos problemas locais e a satisfação das necessidades básicas da população.

O crescimento populacional, as necessidades da população, a expansão urbana, assim como a necessidade de um registo cadastral actualizado de forma a facilitar o processo de planeamento e gestão urbana, perspectivando o crescimento económico e social e o desenvolvimento futuro da actividade turística, são factores a considerar de modo a permitir o desenvolvimento em tempo, localização e em custos adequados, e evitar o crescimento urbano desordenado (CORREIA, 1993).

Neste contexto, o *planeamento* surge como uma forma de intervenção e é definido como um “*processo desencadeado por uma entidade pública para atingir determinados objectivos num dado período de tempo, podendo ser executado à escala nacional, regional ou local, e congregando objectivos espaciais, económicos, sociais e ambientais*” (TEXTOS DE APOIO.1998:4).

Este integra duas grandes etapas:

- “*Concepção – ( análise do problema e escolha das soluções para atingir os objectivos perseguidos );*
- *Implementação – (execução das propostas adoptadas )*” ( GARRIDO, et all. 1996: 124).

De acordo com a bibliografia consultada, existem os seguintes tipos de Planeamento:

*O Planeamento sectorial que pode ser apresentado como um “tipo de planeamento que visa a definição de uma estratégia de desenvolvimento para um sector,*

*enquadrando-o no contexto nacional e internacional. São normalmente propostos pelos governos e podem ter um nível de intervenção nacional ( ex.: O Plano Energético Nacional ) ou regional ( ex.: O Plano Regional de Transportes )” , ( GARRIDO, et all. 1996:125 ).*

*O Planeamento espacial que segundo Textos de Apoio ( 1998 ), “ é a melhor forma possível, do ponto de vista geográfico e económico, às mudanças sociais. É a expressão política para a distribuição dos recursos por unidades espaciais, sectores público e privado e grupos sociais”.*

*Planeamento urbano “é uma das formas de planeamento local. Planear, integrando a componente ( geográfica ) em que o objectivo geral é a definição de uma estrutura espacial das actividades ( uso do solo ) e que, em princípio deverá ser diferente da existente” (HALL, 1987); ou então pode ser definido como uma acção que “procura assegurar uma combinação da conservação e exploração dos recursos com a dinâmica das actividades humanas” ( TEXTOS DE APOIO. 1998:4 ). Mas o planeamento urbano pode ainda ser definido como um “tipo de planeamento que visa gerir objectivos particulares respeitantes ao sistema urbano . Segundo J. Small e M. Witheerrck citados pelo autor, também diz respeito ao planeamento urbano a melhoria das condições existentes nas vilas e cidades. Pode também ‘orientar-se para o futuro’ no sentido de projectar tendências correntes, perspectivar problemas e delinear estratégias de planeamento apropriadas que podem minimizar os problemas e maximizar os lucros. Desenvolve-se à escala urbana. Este tipo de planeamento é vinculativo quando se traduz, no todo ou em parte, em documentos com força legal e/ou administrativa para impor restrições ao comportamento de terceiros, e ainda definir compromissos efectivos das entidades públicas ou do sector empresarial do Estado em relação às soluções apontadas e ao faseamento” (GARRIDO et all. 1996:125 e 126 ).*

Ao nível do planeamento urbano surgem os planos directores que "abrangem áreas à escala municipal, geralmente compreendem as regiões urbanas e também rurais, correspondendo assim a uma vasta área de intervenção" ( ABDULLA, 1997:19 ).

O Plano Director Municipal ( PDM ) é um " plano que estabelece uma estrutura espacial para o território de um município, tendo em conta os objectivos de desenvolvimento, distribuição racional das actividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transporte e comunicação e as infra-estruturas. Normalmente abrange somente o território de um município, podendo, no entanto, no caso de se justificarem soluções que impliquem a intervenção de dois ou mais municípios vizinhos, incluir a totalidade da área desses concelhos designando-se então por Plano Director Intermunicipal. A vigência do PDM é de 5 a 12 anos, sendo, no entanto, possível a sua revisão ou substituição nesse intervalo de tempo. A sua elaboração processa-se em três fases:

- Realização de estudos sumários de planeamento;
- Elaboração do projecto de plano;
- Fase de aprovação, que deve incluir um inquérito público.

O PDM é proposto pela câmara municipal, e aprovado pela assembleia municipal. A sua execução é feita por equipas de projectistas ou técnicos da Câmara. Após a sua conclusão tem de ser ratificado pelo Ministério do Planeamento e Administração do Território" ( GARRIDO et all. 1996:128 ).

Textos de Apoio (1998) refere *urbanismo* como " a ciência ou arte de conceber a adaptação de espaços concretos do território de forma a criar aí condições

*favoráveis à instalação de comunidades humanas "*, podendo ser entendido também com a "*técnica de planejar cidades com vista a orientar o crescimento e a resolver os problemas existentes*"

A mesma fonte diz que o *Desenho Urbano* é um "*Processo de concepção do arranjo espacial, permitindo articular a organização formal do crescimento urbano com as permanências e as mudanças*".

## CAPÍTULO II.

### ENQUADRAMENTO REGIONAL DA ÁREA DE ESTUDO

#### 1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E LIMITES DA ÁREA DE ESTUDO

O Posto Administrativo da Praia do Bilene localiza-se no extremo sul da Província de Gaza, no litoral, e pertence ao Distrito de Bilene-Macia, do qual fazem parte também os seguintes Postos Administrativos: Chissano, Macia, Mazivila, Messano e Macuane ( Makhuane ). Localiza-se entre as coordenadas geográficas de 25° 06' Sul e 25° 25' Sul e entre os 33° 06' Este e os 33° 24' Este. Apresenta uma superfície de aproximadamente 2 719 km<sup>2</sup>. Distanciam-no da sede do distrito ( vila da Macia ) cerca de 33 km; da cidade de Xai-Xai, 94 km; e da cidade de Maputo, 145 km ( MICOA. 1999 ).

A partir do mapa 1 (em anexo), pode-se observar que o Posto Administrativo da Praia do Bilene é limitado: a Norte, pelo Posto Administrativo de Macuane ( Makhuane ); a Sul, pelo Oceano Índico com o qual apresenta uma linha de costa de aproximadamente 25 km de extensão; a Este, pelo Distrito de Xai-Xai e; a Oeste, pelo Distrito da Manhiça, localizado na Província de Maputo.

A área de estudo encontra-se geograficamente separada do mar pela lagoa Uembje ( lago de S. Martinho ) e por uma estreita faixa de dunas.

#### 2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Distrito do Bilene – Macia é constituído pelos seguintes postos administrativos: Macia, Praia do Bilene, Mazivila, Chissano, Messano, e Macuane ( Makhuane ),

conforme se pode observar nos mapas 1 e 2. Destes seis postos administrativos fazem parte um total de desasseis localidades. A capital do distrito é a vila da Macia. O Governo é aqui representado por diversas estruturas tais como: O Administrador Distrital, as Direcções Distritais de Agricultura e Pescas, da Indústria, do Comércio e Turismo, da Educação, da Saúde e da Coordenação da Acção Ambiental. Existem outros sectores que se fazem representar como a Procuradoria da República, o Tribunal, os Correios, o Registo Civil, a Polícia, etc., todos eles sediados na Vila da Macia.

A coordenação entre os diferentes membros do Governo Distrital é feita, segundo informação recolhida no local, através de reuniões ordinárias quinzenais, sendo estas por vezes alargadas aos chefes locais ( de posto ou de aldeia ), sempre que se justifique.

Apesar da existência de vários serviços nesta área, nomeadamente na área do Posto Administrativo da Praia do Bilene, é na Administração do Distrito, na Vila da Macia, que se procede à distribuição de terras, quer na área urbana, quer na área rural do Bilene, tanto para fins de construção de fogos para habitação como para construção de equipamentos turísticos e outras infraestruturas. De acordo com o chefe do Posto Administrativo da Vila do Bilene, existiam antigamente vários serviços ao nível do Posto, mas estes, a pouco e pouco, têm sido transferidos para o Distrito, entre os quais se pode citar a delegação do ex. BPD, actual Banco Austral (foto 1, em anexo), que tanta falta faz à recolha das poupanças da população, e o Serviço de Geografia e Cadastro. Assim sendo, esta realidade cria transtornos vários relacionados com a distância que separa as duas vilas, ou seja, as acessibilidades e os transportes, assim como algumas dificuldades ao nível do conhecimento do terreno.

Dos seis postos administrativos deste distrito, somente o da Praia do Bilene é costeiro. Este, que constitui o objecto de estudo deste trabalho, é formado pelos

seguintes bairros: Cimento 1, Cimento 2 (Nhiwane ), Mahungo, Mhata, Nhangoni, Chilengue e Tsoveka, ( mapa 11, em anexo).

A autoridade tradicional ( mapa 3, em anexo) não tem sido envolvida na tomada de decisão local, resumindo-se a sua participação ao aconselhamento em caso de conflitos locais e à orientação de cerimónias tradicionais ( ACNUR/PNUD. 1997 ).

### 3. BREVE CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ÁREA DE ESTUDO

MICOA (1999) refere que, segundo a classificação climática de Koppen, considera-se que o clima do Bilene é tropical húmido. A precipitação anual é de 1136 mm ( mapa 4, em anexo), variando a temperatura média anual entre os 22°C e os 24°C (mapa 5, em anexo ). De acordo com o Atlas Geográfico de Moçambique (volume 1), na área de estudo, o mês mais frio é Julho e o mês mais quente é Janeiro, sendo este também o mês mais pluvioso.

Os ventos dominantes sopram de sudeste, embora possam ser observadas, localmente, outras direcções.

De acordo com MICOA (1999), citando Achimo, a geologia da área é caracterizada por formações dunares interiores do quaternário ( Qdi ) de areias vermelhas pouco consolidadas, cobertas por uma densa vegetação e por dunas costeiras ( Qdc ) de areias brancas, intercaladas por um cordão de lagoas costeiras.

A lagoa do Bilene ( Uembje ou de S. Martinho ) é de água salgada em que a comunicação com o oceano se faz de uma forma não permanente, através do Canal Balecuine ( das Dores ). Isto quer dizer que esta comunicação não é feita de forma

regular, isto é, o canal deve ser periodicamente reaberto para permitir a ligação ao mar, pois de contrário os efeitos podem ser catastróficos, como se pode observar nas fotos tiradas na área do 'Parque das Flores' em que o assoreamento do canal durante os anos do conflito armado, provocou a subida do nível das águas da lagoa. Este problema afecta de sobremaneira a grande quantidade de espécies marinhas que aqui têm o seu habitat, porque a qualidade da água vai-se deteriorando devido à estagnação das águas, por um lado, e, por outro, devido ao escoamento superficial da água doce que faz com que ocorra a diluição da água salgada, sendo a lagoa colonizada por uma imensidade de ervas daninhas (MICOA. 1999).

Segundo a mesma fonte, nesta área correm, no total, 5 pequenos cursos de água que abastecem 6 lagoas de água doce que se ligam por sua vez ao Lago Uembje ( S. Martinho ). Das lagoas de água doce aqui existentes destaca-se a Lagoa Azul que assume grande importância para a Vila do Bilene na medida em que a água para consumo é aqui recolhida. Esta localiza-se a nordeste da Vila e desagua na Lagoa de Uembje (S. Martinho) a oeste. Estas águas são consideradas próprias para consumo quase na sua totalidade e ao longo de todo o ano, apresentando-se clara e com baixos níveis de algas e de cloreto de sódio.

Em todo o Posto Administrativo da Praia do Bilene, de acordo com MICOA (1999) e confirmado no terreno junto do chefe do Posto Administrativo, não existe qualquer 'zona' de protecção, exceptuando a dos eucaliptos, do lado esquerdo da estrada para quem vai da Vila da Macia para a Vila do Bilene, junto à Lagoa Azul e que é considerada uma área de vigilância.( foto 2, em anexo).

#### 4. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DA ÁREA DE ESTUDO

A vila da Praia do Bilene é composta por uma parte urbana e uma parte rural, integrando a mesma unidade administrativa, ou seja, a Vila confunde-se com o Posto Administrativo em termos territoriais. Pela sua localização geográfica no litoral e pelo facto de se encontrar numa área onde existem muitas lagoas naturais, é uma área de grande potencial turístico. Em 1994 ( VOABIL, 1994 ) tinha cerca de 400 casas de alvenaria na área urbana, a maioria delas arrendadas ou sendo pertença de nacionais que habitualmente residem em Maputo, destinando-se estas ao lazer de fim de semana ou a férias.

Após o conflito armado, muita da população que se havia deslocado para este Posto Administrativo regressou aos seus locais de origem e vive hoje nos bairros da área rural em casas pobres, a maior parte delas de caniço, estacas e matope.

As principais actividades da população são a pesca artesanal e a agricultura familiar. A produção agrícola é relativamente baixa e mostra-se, por vezes, insuficiente para suprir as necessidades básicas das pessoas.

Segundo ACNUR / PNUD (1997), as principais fontes de rendimento são a venda de alguns excedentes agrícolas e bebidas tradicionais, a venda de pescado e o emprego formal, principalmente no sector do turismo onde fazem trabalhos de limpeza e de empregados de mesa. Há também uma boa parte da população empregada em residências particulares como empregados domésticos, jardineiros e guardas, em casas pertencentes a pessoas que vivem habitualmente em Maputo. O sector da construção civil, que tem sofrido ultimamente um grande crescimento, tem também dado trabalho a muita população, mas, devido à falta de formação neste sector, esta, normalmente, só ocupa lugares subalternos, sendo os lugares de chefia ocupados por pessoas de fora do Posto Administrativo. Existe população emigrada, quer na África

do Sul, quer em Maputo e as suas receitas constituem também uma importante fonte de rendimento das famílias.

Por vezes torna-se necessário às famílias recorrerem às ONG's, ao trabalho pela comida, à colecta de frutos silvestres e à caça, em períodos de escassez alimentar.

A vila do Bilene apresenta algumas infraestruturas sociais e económicas; no entanto, devido à falta de manutenção, estas encontram-se, na sua maioria, danificadas, não estando em condições de poder servir a comunidade (foto 3, em anexo). Mesmo assim, existem a funcionar: 4 escolas, das quais 3 são do EP1 na área rural do Posto Administrativo e uma do EP2 completa, na área urbana; o edifício dos correios; 1 posto de saúde; a administração; 5 restaurantes; 1 hotel; algumas residenciais; 7 lojas; 2 padarias; 3 parques de campismo; 1 mercado e uma quantidade importante de quiosques. Uma grande parte da população activa dedica-se também ao comércio informal.

## CAPÍTULO III

### A VILA DO BILENE ( POSTO ADMINISTRATIVO DA PRAIA )

#### 1. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

De acordo com MICOA (1999), a população urbana em Moçambique apresentou entre 1980 e 1997 uma taxa média de crescimento na ordem de 4,5% ao ano, valor que se mostra bastante superior ao da média da população total, que é da ordem dos 2,5% ao ano; isto significa que o país, durante este período, se urbanizou, passando o índice de urbanização de 17% em 1980, para 23% em 1997. Esta fonte refere-se ainda à tendência que a população, em todo o mundo, tem de se concentrar nas áreas urbanas, mas que, comparando o fenómeno em Moçambique com o resto do mundo, os níveis de urbanização no território nacional são ainda muito baixos, apresentando a população um perfil eminentemente rural, vivendo três quartos desta fora das áreas urbanas. Mesmo assim, entre 1980 e 1997, o crescimento urbano sofreu um aumento de 112%.

“ A rede urbana da ‘zona’ costeira em Moçambique é constituída por seis cidades com estatuto de distrito<sup>1</sup>, e mais quatro cidades com estatuto de província<sup>2</sup>, perfazendo um total de dez unidades urbanas dispostas com certa regularidade ao longo da costa (MICOA.1999). A mesma fonte diz não ser correcto falar de uma ‘rede urbana’ efectiva, não apresentando estes núcleos um relacionamento espacial regular de forma a estabelecerem também relações de complementaridade regulares. Assim, as doze cidades costeiras concentram aproximadamente 69% da população

<sup>1</sup> Pemba, Quelimene, Beira, Inhambane, Xai-Xai e Matola.

<sup>2</sup> Maputo, Nacala, Angoche e Maxixe

urbana de Moçambique, o que corresponde a 2,9 milhões de habitantes. Em termos hierárquicos, somente três delas ( Maputo, Beira e Nacala ) comportam cerca de dois milhões de pessoas, abrigando a grande aglomeração Maputo-Matola metade do total da população costeira que habita os centros urbanos nacionais.

Ao observarmos o mapa 6 (em anexo), que representa as densidades populacionais dos distritos costeiros de Moçambique, facilmente se conclui que o Bilene se insere numa das áreas mais populosas do país (densidade > 40,1 hab./km<sup>2</sup>).

Em 1980, com uma população observada de 109 643 habitantes e uma área de 1 917 km<sup>2</sup> (censo de 1980), a densidade populacional era de 57,2 hab./km<sup>2</sup>. Segundo o Censo de 1997, a população residente no distrito de Bilene – Macia é de 133 173 habitantes; não tendo ocorrido alteração da superfície, calcula-se a densidade populacional em 66,7 hab./km<sup>2</sup>, distribuindo-se esta da seguinte forma:

- 42,6% de população masculina, correspondendo a 56 793 homens;
- 57,4% de população feminina, correspondendo a 76 380 mulheres.

A relação de sexo é de 74,4 homens por cada 100 mulheres.

Na tabela 1 pode-se visualizar a estrutura etária e sexual da população do distrito de Bilene – Macia, sendo claro que grande parte da população é constituído por jovens com menos de 15 anos, que correspondem a 42,6 % do total da população. O número de mulheres mostra-se superior em todos os grupos etários, em particular nos de 15–64 anos e, 65 anos e mais onde a razão de sexo é de 61,5 e 50,6 respectivamente. Isto pode estar ligado à emigração masculina nas idades de trabalhar e à menor esperança de vida entre os homens.

Tabela 1 – Estrutura etária e sexual do Distrito de Bilene – Macia

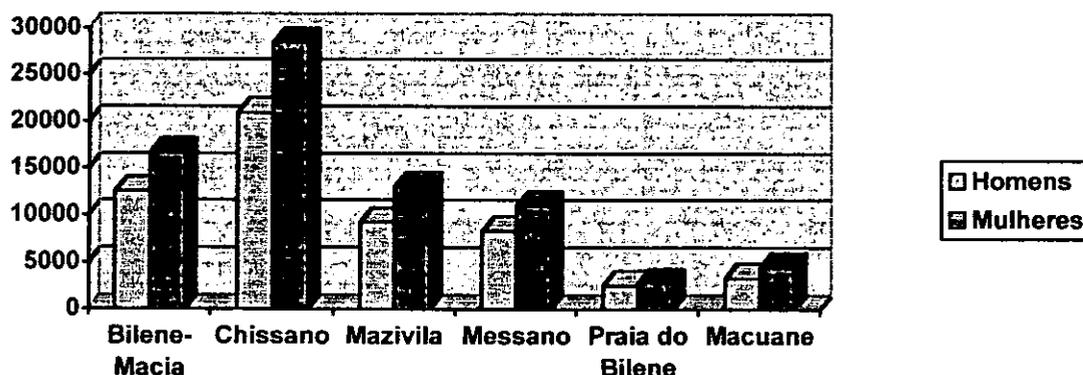
Pop/Sexo	Nº total	0-14 anos	15-64 anos	65+	Total
Homens	56793	28003	26398	2392	56793
Mulheres	76380	28718	42931	4731	76380
Total	133173	56721	69329	7123	133173

Fonte: II Recenseamento da População e Habitação. Província de Gaza – 1997. Resultados

Definitivos (adaptado pela autora ).

No gráfico 1 mostra-se a distribuição espacial da população por sexo, do distrito do Bilene – Macia por Postos Administrativos. O posto administrativo (P.A.) mais populoso é nitidamente o de Chissano, sendo o da Praia do Bilene o que representa um valor absoluto maior. Em todos os postos administrativos, a população residente do sexo feminino é bastante superior à do sexo masculino; exceptua-se o posto administrativo (P.A.) da Praia do Bilene, que é a área de estudo. Esta situação pode ser explicada, como hipótese provável, pelo facto de todos os postos administrativos não fixarem mão-de-obra masculina, tendo esta que emigrar. O mesmo não sucede no posto administrativo (P.A.) da Praia do Bilene onde, devido ao tipo de actividades económicas, se observa alguma fixação de força de trabalho masculina.

Gráfico 1 – Distribuição Espacial da população do Distrito de Bilene-Macia por Postos Administrativos.



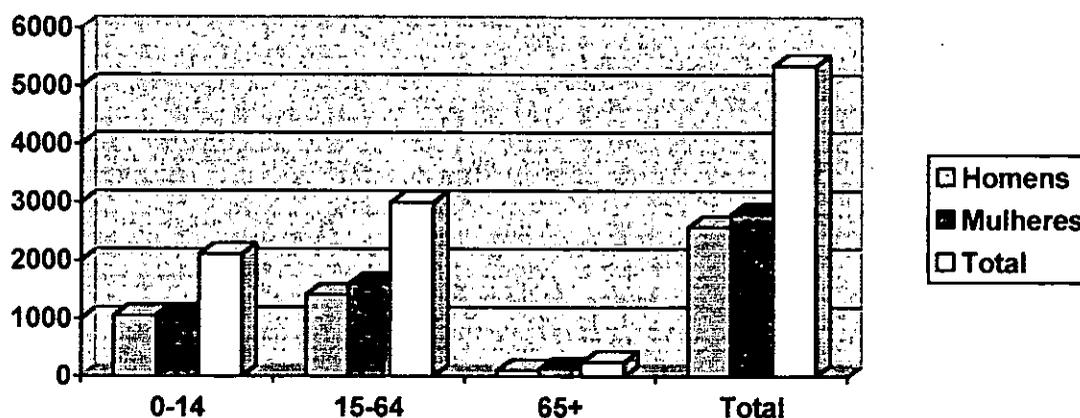
Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados do Censo 97.

Província de Gaza.

Ainda segundo o censo de 1997, e relativamente ao posto Administrativo da Praia do Bilene que constitui a área de estudo deste trabalho, este apresenta um total de 5 354 habitantes ( 2 564 Homens e 2 790 Mulheres). Os jovens dos 0 aos 14 anos representam 39,3% da população, valor que é ligeiramente menor que no conjunto do distrito (42,6%). Mais uma vez, isto pode ser atribuído ao facto de ser um posto administrativo de menor emigração de força de trabalho.

Veja-se no gráfico seguinte a estrutura da população do posto em estudo por grupos etários e sexo.

Gráfico 2 – Estrutura da população do Posto Administrativo por grupos etários e sexo.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados do Censo de 1997-  
-província de Gaza.

A partir do gráfico 2 podemos observar também a população dependente dos 0 aos 14 anos e dos 65 anos ou mais, a qual constitui 44,0% do total da população do posto (P.A.).

A razão de sexo no Posto (P.A.) é de 91 homens por cada 100 mulheres, valor bastante diferente do conjunto do distrito (74,4 homens / 100 mulheres), revelando-nos que a área de estudo fixa e/ou atrai mais população masculina.

Os homens correspondem a 47,9% e as mulheres a 52,1% do total da população do referido Posto Administrativo.

A tabela 2 mostra a distribuição da população por bairros, segundo o número de casas, de famílias, e sexo no posto administrativo em estudo, em 1999.

Tabela 2 – Distribuição espacial da população por bairros, segundo o número de casas, de famílias, e sexo no Posto Administrativo do Bilene – 1999.

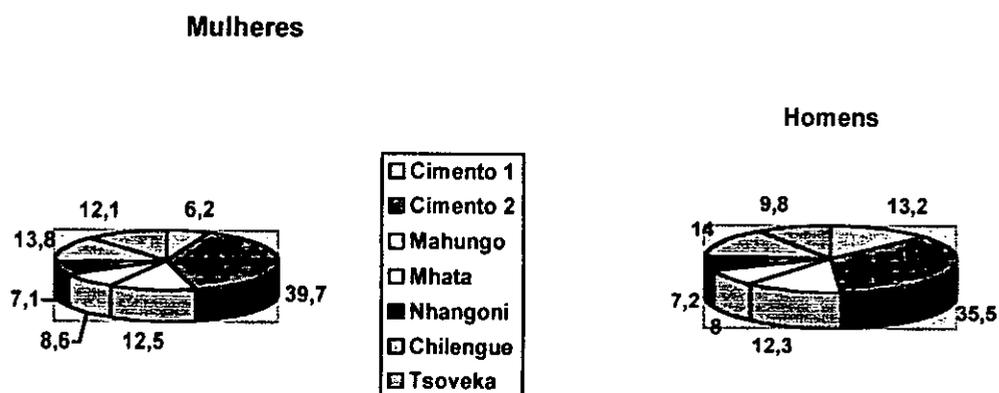
Nome dos Bairros	Nº de casas	Nº de famílias	Homens	%	Mulheres	%	RS	Total
Cimento 1	274	180	337	13,2	173	06,2	194,8	510
Cimento 2 (Nhiwane)	447	438	902	35,5	1 113	39,7	081,0	2 015
Mahungo	172	178	313	12,3	350	12,5	089,4	663
Mhata	113	112	204	08,8	241	08,6	084,6	445
Nhangoni	077	072	184	07,2	198	07,1	092,9	382
Chilengue	148	148	355	14,0	388	13,8	091,5	743
Tsoveka	120	121	249	09,8	340	12,1	073,2	589
Total	1 351	1 249	2 544	100,0	2 803	100,0	*****	5 347

Fonte: Administração do Posto, 1999.( Adaptado pela autora).

As percentagens apresentadas na tabela 2 são em relação ao total de homens e de mulheres da área de estudo.

Relativamente ao total da população, evidencia-se uma ligeira disparidade (sete pessoas), se comparado com o valor do censo de 1997. Isto pode estar relacionado com a fiabilidade dos dados, ou a uma eventual deslocação para outras áreas.

Grafico 3 – Distribuição da população feminina e masculina por bairros em percentagem, em relação à população total do Posto.

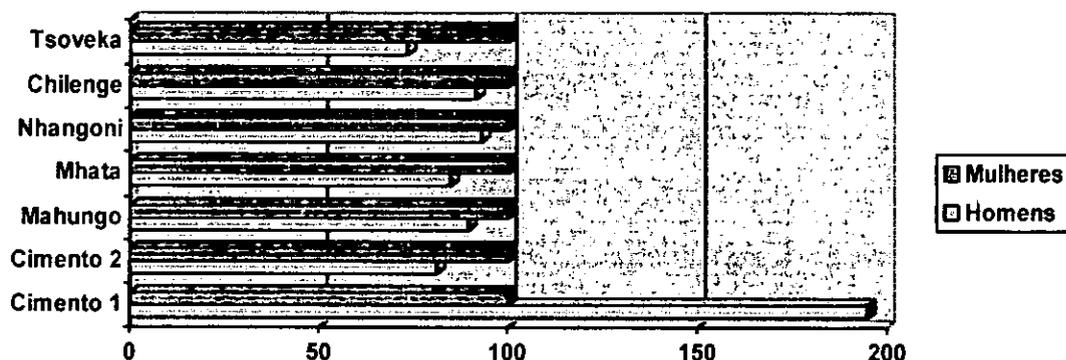


Fonte: Elaborado pela autora com base nas percentagens calculadas para cada bairro.

No gráfico 3 e na tabela 2 destaca-se o bairro cimento 2 (Nhiwane) como o mais populoso, apresentando um total de população de 2 015 habitantes, e o bairro Nhangani como o menos populoso com 382 habitantes.

A razão de sexo diz respeito a cada bairro em particular. O gráfico seguinte representa a razão de sexo por bairro em 1999. Pode observar-se que o bairro Cimento 1 detém quase o dobro da população masculina, significando que a maioria das pessoas deste bairro são homens que têm aqui os seus postos de trabalho e aqui residem.

Gráfico 4 – Razão de sexo por bairro em 1999.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Administração do Posto Administrativo.

Sendo a vila do Bilene um destino turístico desde tempos recuados, a sua população é muito flutuante, resultando que uma boa parte das casas aqui existentes sejam pertença de pessoas que não vivem aqui durante todo o ano, ou seja, não são residentes a tempo inteiro.

## 2. ACTIVIDADES ECONÓMICAS NO POSTO ADMINISTRATIVO DA PRAIA DO BILENE

Sem dúvida nenhuma que o sector do turismo é o que mais postos de trabalho oferece à população. Esta, na sua maioria, desenvolve actividades complementares ao turismo, isto porque a maior parte não possui formação escolar ou profissional adequada. Os salários auferidos correspondem, no geral, ao salário mínimo em vigor no país, sendo alguma mão-de-obra 'importada' de locais como Macia, Xai-Xai ou Maputo, devido à falta de formação e qualificação da população local para exercer determinadas actividades relacionadas com a gestão de pessoal (MICOA,1999).

Segundo as estruturas locais contactadas, a construção civil tem também criado emprego na Vila do Bilene ( Posto Administrativo ), devido ao aumento da construção, sobretudo de novas residências particulares de férias, facto que se tem observado desde o termo do conflito armado até hoje. No entanto, devido à carência de certas especialidades em termos de formação profissional, a população local ocupa quase sempre lugares subalternos.

No que concerne à actividade agrícola, esta é caracterizada por ser praticada em moldes tradicionais e ser essencialmente de subsistência, o que, segundo ACNUR/PNUD (1997), não garante a segurança alimentar, ou seja, esta não suporta a alimentação das famílias por um período de tempo longo. Isto deve-se ao facto de ser uma área costeira e, por conseguinte, a maioria dos seus solos serem arenosos e franco arenosos, apresentando uma fertilidade muito baixa e uma fraca capacidade de retenção da água, o que se reflecte nos baixos rendimentos agrícolas.

A agricultura familiar é basicamente de sequeiro, ou seja, depende do regime de precipitações para as sementeiras, praticando-se também o pousio e as queimadas. Os utensílios utilizados nas tarefas agrícolas são rudimentares.

As áreas cultivadas raramente ultrapassam 1 hectare e, na maior parte das vezes, as culturas são feitas à volta das casas onde também há a assinalar a existência de algumas fruteiras (papaeiras, laranjeiras, limoeiros, cajueiros, coqueiros, bananeiras, ananazeiros, etc ).

A pecuária é também uma actividade importante neste Posto Administrativo pela existência de grandes superfícies de pastagem. Este Posto possuía, em 1999, cerca de 1000 cabeças de gado bovino, pertencentes ao sector privado e familiar, numa área disponível de cerca de 9000 hectares ( MICOA. 1999 ). A população dedica-se também à criação de pequenas espécies domésticas como cabritos, porcos e aves de

capoeira, em pequena quantidade devido às doenças que matam estes animais, como é o caso da Newcastle.

Por ser uma área costeira, a pesca constitui também uma actividade à qual se dedica esta população, praticando-a à linha ou com redes de emalhar, de 3,5 polegadas de malha esticada e pequenas embarcações de 3 a 4 metros de comprimento, com 4 ou 5 tripulantes cada. São capturadas espécies como a bicuda e pequenos peixes como a magumba. No mar aberto pescam à linha espécies como o xareu, a garoupa e o peixe serra. A utilização de redes de arrasto é proibida por lei, mas este tipo de pesca é praticada em todas as margens do lago (MICOA. 1999).

O camarão, segundo alguns pescadores contactados no local, é aqui um recurso cada vez mais importante, pois as quantidades pescadas têm vindo a aumentar nos últimos anos, apesar de não ser permitida a sua captura.

Os principais centros da actividade pesqueira localizam-se em frente ao bairro pertencente aos Caminhos de Ferro e no Bairro Tsoveka (mapa 7, em anexo), na margem oeste do Lago Uembje. Não existe informação rigorosa quanto ao número de barcos que operam no local, pois o recenseamento das embarcações não tem sido feito por falta de condições, mas estima-se que sejam cerca de 130 embarcações artesanais não licenciadas, pensando-se que a tendência é para a subida deste número.

A venda do pescado é feita no mercado da vila ou na rua, à população local, à indústria hoteleira local, ou na vila da Macia ao longo da estrada nacional nº1, para quem viaja.

### 3. O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

A Vila da Praia do Bilene, que constitui a área de estudo deste trabalho, confunde-se com o Posto Administrativo da Praia do Bilene e constitui-se de duas partes distintas:

- A área urbana, constituída pelos seguintes bairros — Cimento 1, Cimento 2 (Nhiwane ) e Mahungo.
  
- A área rural, constituída pelos bairros Mhata, Nhangoni, Chilengue e Tsoveka, onde as casas são construídas com material local e os acessos são muito difíceis. É onde se localizam as áreas agrícolas e de pastagem.

Na primeira área há a assinalar a parte velha, constituída por construções antigas, algumas em mau estado de conservação, incluindo-se aqui alguns serviços, as quais apresentam indícios de poderem ruir a qualquer momento, porquanto desde o tempo colonial não conhecem manutenção (Cimento 1). A área 'nova', onde assentam novas construções, exibindo uma arquitectura mais modernizada e que constitui a área de expansão urbana actual ( bairros Nhiwane e Mahungo ). Ver planta de uso e ocupação do solo urbano, em anexo.

Na área rural do Posto Administrativo da Praia a posse da terra é transmitida de pais para filhos, podendo uma criança, independentemente do sexo, herdá-la. O sistema tradicional funciona há muitas gerações utilizando mecanismos que têm permitido o control e a regulação do uso e do usufruto do solo. Dentro deste sistema, cada família dentro da comunidade local conhece bem os limites e as localizações dos seus terrenos tendo criado formas de os proteger.

Actualmente verifica-se uma alteração do sistema tradicional, existindo imensos camponeses que não têm títulos das suas terras nem do seu lugar de residência, como é o caso das áreas de ocupação espontânea. Apesar disto, os conflitos de terra na área rural não se consideram, pela população e pelas estruturas, como sendo significativos, mesmo no que concerne ao acesso à água, à lenha e pastagem para os animais.

Contactado o Chefe do Posto Administrativo, durante o trabalho de campo realizado entre os dias 16 e 24 de Abril, constatou-se que este não possui nenhuma planta de uso e ocupação do solo, declarando não existir nenhum Plano Director Municipal (PDM), e o registo cadastral encontra se completamente desactualizado. O uso e ocupação do espaço na área urbana é motivo de conflitos por não haver ordenamento do espaço. Porque o ritmo de crescimento urbano é bastante acelerado, observam-se muitas construções pertencentes a particulares, estando algumas a invadir áreas da praia que deveriam constituir espaços de reserva. Isto leva a que se observe também a ocupação espontânea e caótica do espaço, estando, por vezes, este destinado à expansão e construção de escolas e outros edifícios para o bem público a serem ocupados pela população. Na área urbana, por vezes, ocorrem também conflitos relacionados com imóveis do APIE, que têm vindo a ser disputados.

#### **4. O SECTOR COMERCIAL**

Este sector não se encontra igualmente distribuído na área urbana e na área rural. A grande maioria dos estabelecimentos comerciais estão localizados na área urbana. Na área rural do Bilene existem apenas barracas isoladas, onde os preços praticados são muito elevados, se comparados com a área urbana. Nesta há a assinalar a existência

de estabelecimentos comerciais que se encontram encerrados por má gestão e falência.

O mercado (fotos 5 e 6), com uma capacidade para dezoito vendedores, tem já à sua volta cerca de quarenta quiosques, uns a funcionar, outros fechados. Os produtos vendidos dentro e fora do mercado, como pôde ser constatado no terreno, vão desde hortícolas e frutas, peixe, carvão, capulanas e algumas roupas de criança e adulto, assim como alguns produtos alimentares processados tais como massas, pão, sabão, refrescos, bebidas tradicionais, etc.

Nestas instalações é feita a limpeza com uma certa regularidade, o que se traduz na boa apresentação das mesmas. No entanto, não existem sanitários públicos.

Dentro do mercado, cerca de sessenta pessoas têm os seus postos de trabalho permanentes, sendo na maioria mulheres que são chefes de família. Existem também muitos vendedores ambulantes que circulam no interior do mercado. Todas estas pessoas, para aqui trabalharem, têm de pagar uma taxa conforme a sua situação, que é a seguinte:

- Vendedores fixos — 30 – 40 mil meticais/ mês
- Vendedores não fixos — 2 mil meticais / dia

As receitas destas taxas (1200 a 1800 contos) são, infelizmente, canalizadas para a Administração do Distrito, não podendo reverter a favor de melhoramentos do próprio mercado.

Relativamente aos preços aqui praticados, são em tudo semelhantes aos de Maputo.

A venda dos excedentes agrícolas, bem como do pescado capturado na Lagoa do Bilene ( Uembje ), não constitui dificuldade nesta área, devido à procura por parte de turistas e residentes temporários e da própria população local. No entanto, os residentes temporários, quando se deslocam ao Bilene, procuram abastecer-se antes de outros produtos com receio de, à chegada, não encontrarem o que necessitam. O mercado local apresenta deficiências na oferta de determinados produtos, quer nas suas qualidades, quer na quantidade, produtos esses consumidos apenas por este tipo de população. Por outro lado, sendo estes residentes não permanentes ou turistas os potenciais consumidores, ao chegarem abastecidos deixam de se servir do existente no mercado local. Não sendo o cabaz de compras comum às duas comunidades, a residente e a temporária, a máquina mercantil defende-se comprando apenas o estritamente necessário às necessidades da população local, defendendo-se da acumulação de stocks inúteis de produtos comercializados sazonalmente. Assim, numa perspectiva de desenvolvimento do turismo, quer a médio, quer a longo prazo, torna-se necessário reestruturar o sector mercantil, de forma a poder garantir uma oferta mais diversificada e com maior qualidade, quer aos turistas, quer aos operadores de turismo e vendedores de serviços afins, estimulando a compra dos bens essenciais no mercado local.

O comércio informal desenvolvido pela população, vende em locais autorizados ou não, alguns produtos de produção local tais como lenha, bebidas alcoólicas tradicionais, mel silvestre, frutas e animais, bem como produtos industrializados comprados noutros mercados e revendidos no comércio informal, o que constitui mais uma fonte de rendimento familiar.

## 5. O SECTOR SOCIAL

### 5.1. EDUCAÇÃO

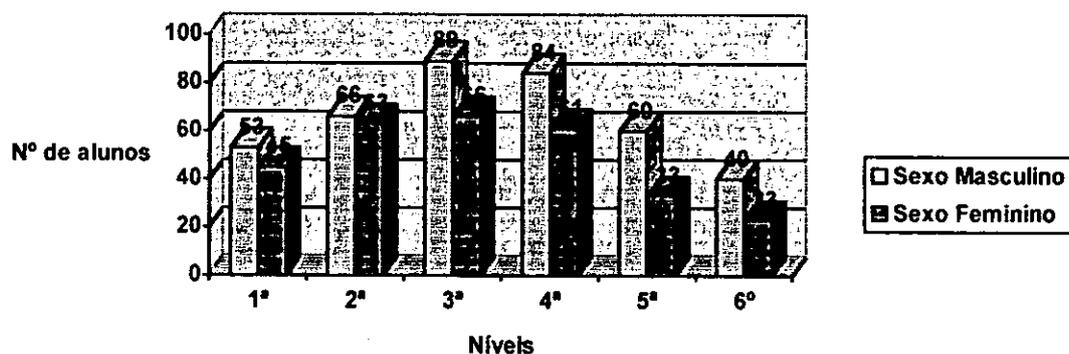
Segundo informação da Área de Influência Pedagógica do Posto Administrativo em estudo, existem a funcionar três escolas do EP1 e uma do EP2 completa. Um total de 683 alunos foram matriculados em 1998, na EP1. Desses, 392 são do sexo masculino e 291 do sexo feminino. No mesmo ano, sob a iniciativa dos 'Irmãos Maristas', iniciou-se a EP2 (foto 7, em anexo), na escola primária de Nhangoni, tendo funcionado a 6ª classe e, em 1999, iniciou-se a 7ª classe (mapa 8, em anexo).

Actualmente, segundo o Chefe do Posto Administrativo, funciona pela primeira vez a 8ª classe com uma turma nos 'Irmãos Maristas'. E, como pôde ser constatado no terreno, está em construção o 'Centro de Apoio à Criança Desprotegida' (foto 8, em anexo).

As escolas funcionam na Vila de uma forma equilibrada. Na área urbana situa-se a escola do EP2 completa (até à 7ª classe) e, nas áreas rurais, as outras três escolas, onde funcionam classes da 1ª à 4ª. As quatro escolas funcionam com dois turnos, estando a ser preparada uma reestruturação em todas elas.

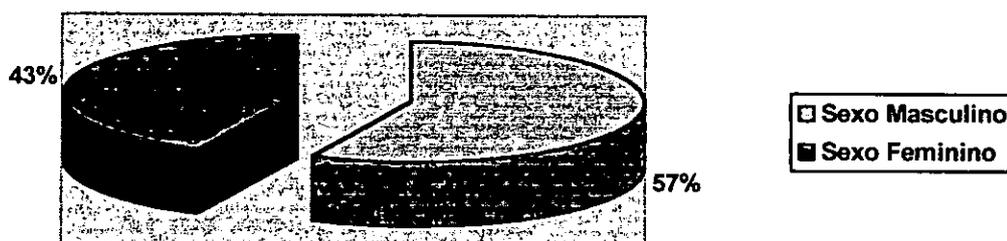
No gráfico 5 está representado o número de alunos que frequentaram a escola da 1ª à 6ª classes, por sexos, onde se pode constatar que, em todas as classes, o sexo masculino apresenta-se em número superior ao feminino.

Gráfico 5 – Distribuição dos alunos segundo o nível frequentado — Posto Administrativo da Praia do Bilene – 1998



Fonte: Elaborado pela autora com base nos valores fornecidos pela 'zona' de Influência Pedagógica do Posto.

Gráfico 6 – Relação de sexo dos alunos que frequentam a escola – 1998.

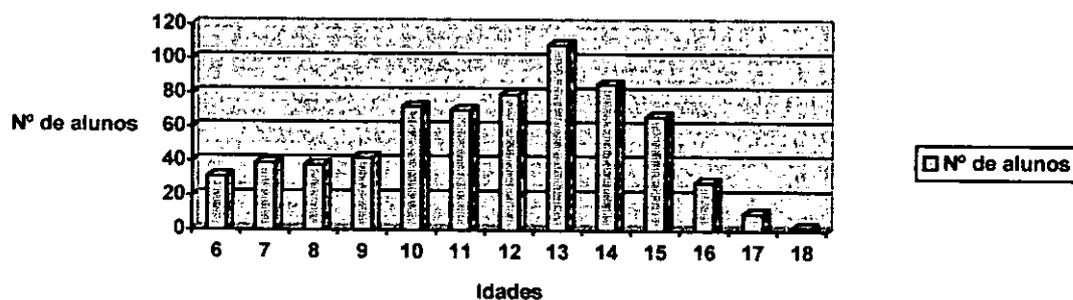


Fonte: Elaborado pela autora com base nos valores fornecidos pela 'zona' de Influência pedagógica.

A distribuição dos alunos segundo as idades pode também ser observada no gráfico 6. Em primeiro lugar constata-se que no geral o ingresso na escola ocorre tardiamente, por questões culturais, facto que pode ser confirmado pelas idades que estes alunos apresentam, tendo a maioria entre os 10 e os 15 anos. A partir dos 16 anos vai diminuindo o número de alunos, o que se deve verificar para se poderem

entregar a outras actividades, incluindo a emigração para a África do Sul ou mesmo para Maputo.

Gráfico 7 – Distribuição dos alunos segundo as idades – 1998.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos valores fornecidos pela 'zona' de Influência Pedagógica do Posto.

De acordo com os dados do censo de 1997, existem 2 072 jovens na faixa etária dos 5 aos 19 anos. Destes, 51,0% são do sexo masculino e 49,0% do sexo feminino. Comparando estes valores com os valores utilizados para a construção do gráfico 7 (total de 670 alunos), correspondente a 32,3% do total dos alunos em idade escolar, verificamos que os níveis de escolaridade no Bilene ainda são muito baixos, porque 67,7% destes jovens não frequenta a escola.

## 5.2. A SAÚDE

Na vila do Bilene existe um único Posto de Saúde. Segundo o Responsável do Posto Administrativo, estas instalações carecem de pessoal especializado, pois actualmente só ali trabalha uma auxiliar de saúde, cujo horário de permanência no posto é das 7

horas até às 15 horas. Para além disso, estas infraestruturas têm um único quarto, com duas camas, que serve para todo o tipo de doentes, sendo utilizado também como maternidade. (foto 9, em anexo).

Há dificuldades no acesso a medicamentos, embora se receba periodicamente um 'kit' que não chega a ser suficiente para as necessidades.

Em todo o Posto Administrativo do Bilene não existe uma farmácia, tendo a população que se deslocar à vila da Macia (33km) para poder adquirir medicamentos ( mapa 8, em anexo).

Apesar das dificuldades, a mesma auxiliar de saúde, tem ao seu cuidado a educação sanitária da população, no sentido de a informar quanto às doenças e formas de as evitar e combater, especialmente no que concerne às doenças ditas endémicas como a pólio, o sarampo, a cólera, etc., e as doenças de transmissão sexual (DTS).

No posto de saúde não existe casa mortuária, ambulância ou qualquer viatura de apoio, telefone ou outros equipamentos específicos. É um posto com muitas insuficiências, não conseguindo dar resposta às necessidades da população residente permanente, e muito menos responder a um crescimento urbano explosivo, com toda a população flutuante que se observa neste momento. Numa perspectiva futura, este posto de saúde não responderá às necessidades inerentes ao desenvolvimento da actividade turística, por isso deverá ser sujeito a obras de ampliação e remodelação total, e a uma reestruturação em termos logísticos.

### **5.3. SANEAMENTO BÁSICO**

Ao nível do saneamento básico, esta urbe não tem sanitários públicos, mesmo no próprio mercado, o que faz com que a população que circula nas ruas e trabalha no

mercado seja obrigada a defecar onde calha, inclusive perto das fontes de água ou até mesmo na praia.

Quanto ao lixo, por vezes este é despejado junto à Lagoa Azul contaminando a sua água que é captada para o consumo da vila. Soube-se, junto das estruturas locais, que estas têm envidado esforços promovendo a educação cívica no sentido de informar a população sobre as formas de eliminação dos lixos domésticos por queima ou enterrando-o, porquanto este posto (P.A.) não tem um carro de recolha de lixo.

Nesta urbe não existe uma rede de esgotos, sendo os proprietários das casas responsáveis pela construção de fossas sépticas e drenos, tanto para águas negras como para águas brancas.

#### **5.4. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA**

Quanto ao abastecimento de água, pode-se dizer que o Posto Administrativo não tem falta deste recurso residindo o problema apenas a nível do abastecimento e tratamento. Esta é uma área em que a abundância deste recurso é bem visível, pois existe um grande potencial hídrico tanto superficial como subterrâneo. Apesar disto, há uma desigual distribuição do recurso, sobretudo nos bairros Chilengue e Mhata, onde há dificuldades no acesso às fontes de água. Devido a problemas de ordem económica, a água canalizada da rede de distribuição, que é consumida na área urbana, não é tratada, o que se reflete na sua qualidade.

O sistema de abastecimento de água à área urbana da praia está a cargo da Administração do Bilene – Macia, às ordens da qual trabalha uma equipa de 6

homens. Esta, devido aos muitos problemas económicos que tem tido, tem sentido algumas dificuldades em gerir o sistema. Este sistema, data do princípio dos anos sessenta e é composto por algumas electrobombas para sucção da água na Lagoa Azul e um reservatório (foto 10, em anexo) cuja capacidade ronda os 300 m<sup>3</sup>. A rede de distribuição tem aproximadamente 3000 metros e a secção das tubagens é de 50 mm até 100 mm.

Existem, na área urbana da vila cerca de 180 ligações domiciliárias, algumas ligações em quintais e um fontanário público, mas não há abastecimento em toda a área da praia.

Como o sistema de tubagens está velho e a precisar de ser substituído, há diferenças de pressão de área para área. A administração do distrito, que é quem gere o sistema, por dificuldades financeiras, não tem possibilidades de fazer a substituição dos tubos. Por todas as dificuldades existentes, pensa-se que seria conveniente que alguma empresa privada pudesse tomar conta da gestão desta rede de abastecimento de água, como forma de melhorar a prestação deste serviço.

A população da vila em particular da área rural, por não ter acesso à rede de distribuição, abastece-se em algumas nascentes periódicas, e 10 poços estão distribuídos pelos bairros representados no seguinte gráfico 8.

Gráfico 8 – Distribuição dos poços por bairro.



Fonte: Elaborado pela autora com base na informação fornecida pelo Chefe do Posto Administrativo.

No tocante à energia eléctrica, existe uma subestação que faz a distribuição da energia para os fogos. As cobranças e reparações são feitas na vila da Macia a 33 km de distância. Existem actualmente perspectivas de mudança da linha de transporte de energia para a margem da estrada que liga a Macia ao Bilene, pois que o lugar onde se encontra é de difícil acesso, havendo mesmo áreas ainda minadas, o que não permite a livre circulação aquando das reparações da linha.

Na vila do Bilene existem, normalmente, bastantes cortes de energia, verificando-se também que alguns consumidores não pagam as suas contas.

## 5.5. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

Esta urbe liga-se à vila da Macia por uma estrada asfaltada de cerca de 33 km, como já atrás foi referido; entre a Macia e Maputo são cerca de 145 km ( estrada

nacional nº 1 ). Estas vias mantêm-se quase sempre em bom estado, ou seja transitáveis, salvo se ocorrer algum problema como foi o caso das últimas cheias.

Dentro dos limites do Posto Administrativo da Praia do Bilene, pode-se observar que muitas ruas asfaltadas se encontram em pleno estado de degradação, sendo outras de terra batida ou ainda outras em que o asfalto já desapareceu. Isto leva, segundo o Chefe do Posto Administrativo, a que o acesso aos bairros localizados na área rural, Tsoveka, Nhangone e Mhata, seja problemático, porquanto nem os 'chapas 100' conseguem aí circular. A população é obrigada a andar a pé muitos quilómetros para ir ao centro da vila, por exemplo.

A existência de um aeródromo localizado nesta vila, cuja pista de aterragem se encontra em perfeito estado de conservação, permitiu que durante as últimas cheias fosse feita uma ponte aérea ligando Maputo, Chokwé e Bilene para apoiar as populações afectadas.

Na parte urbana desta vila, há uma estação dos correios e outra de telecomunicações. Existem cerca de 24 linhas telefónicas, das quais 2 são públicas a funcionar na central. Neste momento, o Posto Administrativo já está coberto pela rede de telefone celular 'MCEL', sendo possível a comunicação com qualquer lugar, quer no País, quer no estrangeiro.

## 7 6. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E O MEIO NATURAL

A propósito do assunto 'turismo', Maria de Lourdes Torcato, escrevia em Novo Moçambique (Nov.1997) um artigo intitulado "*Introduzir uma outra filosofia no turismo*", em que refere a necessidade de olhar para o turismo em Moçambique numa perspectiva diferente daquela que é habitual, pondo de lado o conceito que se

tem de que os Moçambicanos só são capazes de realizar tarefas subalternas. Repensar o turismo em Moçambique deve passar pela concepção de projectos 'macro', que incluam a protecção do meio ambiente natural e, ao mesmo tempo, envolvam as comunidades locais, não só em tarefas subalternas, mas também em lugares de chefia e gestão, para as quais poderão ser criados meios de formação 'específica' no próprio local. Esta é, segundo a autora do artigo, *"uma via para fazer a população residente nas áreas do turismo beneficiar da indústria que lhe vai ocupar o seu espaço tradicional, e com ela concorrer no uso dos recursos naturais"*. É importante que as populações locais participem destes projectos pois, segundo diz ainda a autora, *"sem isto o turista será sempre visto como um intruso pela população local. E esta por sua vez, é vista pelo turista como mais um elemento da paisagem..."*

No Bilene existe um conjunto de condições naturais propícias para a actividade turística, já referidas desde tempos antigos em diversas fontes, que têm feito desta área costeira um destino turístico em particular para as famílias que procuram o lazer, como o revelam as imensas residências de férias espalhadas pela área urbana da vila. Esta é, portanto, apontada como uma área prioritária e potencial para a actividade turística (mapa 9, em anexo).

Durante o período do conflito armado, naturalmente, a afluência de turistas, tanto nacionais como estrangeiros, foi nula e o equipamento existente foi ficando degradado com o abandono e a falta de manutenção. A este respeito, vale a pena focar o impressionante estado de degradação em que se encontra o *"Parque Flores"* (fotos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, em anexo), devido à subida das águas do Lago de S. Martinho pelo assoreamento do canal Balecuine durante este período. Pela sua dimensão, em termos de área ocupada, e pela importância turística que pode representar, as estruturas poderiam competentes cedê-lo a algum investidor para reabilitação e futura exploração por um período de tempo considerável.

Após o conflito armado, inicia-se um 'boom' na construção e na reabilitação do equipamento e surgem novos projectos para novos empreendimentos turísticos (mapa 10 e fotos 19 e 20, em anexo). Desde então, o afluxo de pessoas tem vindo a crescer, observando-se cada vez maior afluência, sobretudo em datas festivas e na época mais quente, alturas em que a taxa de ocupação das infraestruturas a funcionar é de 100%, segundo fontes contactadas no terreno.

Segundo MICOA (1998), a Praia do Bilene possui 8 hotéis com capacidade para 330 camas e 3 parques de campismo ( 2 em mau estado de conservação), com possibilidade de albergar 600 pessoas. A pesca e o banho de mar constituem as principais atracções da área, mas não há informação quantitativa sobre o fluxo de turistas.

De acordo com a Direcção Provincial de Turismo de Gaza, em 1999 o panorama relativo às infraestruturas turísticas no Bilene era o que se pode observar na tabela 3.

Tabela 3 – Estâncias turísticas actualmente em funcionamento na Praia do Bilene (não incluindo os parques de campismo).

ESTABELECIMENTO	Nº DE QUARTOS	Nº DE CAMAS	CATEGORIA
Motel Bilene	34	68	-
Motel Silva	38	76	***
Humula Complexo	18	36	***
Complexo Reis	20	40	***
Complexo Lagoa Azul	11	44	2ª classe
Residencial Bula-Bula	08	16	2ª classe
Pousada Paraíso	08	16	2ª classe
Pousada S.Martinho	36	40	-
Parque Flores	13	26	Média/Alta Qualidade
Parque Palmeiras	18	36	Média/Alta Qualidade*
TOTAL	180	330	-----

\*Proposta.

Fonte: DPECTUR, Gaza, 1999 (in MICOA, 1999)

Na verdade, a opinião quase geral é de que os estabelecimentos turísticos deveriam ser reclassificados, pois a qualidade dos serviços prestados não corresponde à categoria apresentada, reforçando assim a função de acolhimento que o Bilene encerra.

Existem também alguns projectos turísticos já aprovados, como podemos ver na tabela 4 e que vêm juntar ao número de camas disponíveis mais 372 fazendo com que a oferta, a este nível, atinja as 700 camas.

Tabela 4 – Projectos turísticos aprovados no Bilene.

PROJECTO	Nº DE QUARTOS	Nº DE CAMAS	SITUAÇÃO
Complexo Exp. Tours Bilene	82	164	Obras
Sociedade Praia do Sol	32	64	Obras
Complexo Tours Invesco	52	104	Parado
Contrac	-	-	Pendente
Complexo Turístico Bilene Investment	20	40	Parado
Casino Hotel Quinta	-	-	Pendente

Fonte: DPICTUR, Gaza, 1999 (in MICOA, 1999)

As estruturas turísticas locais dizem haver muitos pedidos para construção e para o exercício da actividade turística, mas poucos são concretizados.

É evidente que é preciso repensar o turismo na vila do Bilene, mas sem descurar determinados aspectos que são essenciais. Na verdade, o que se está a fazer é sem ordenamento do espaço e sem obedecer a determinadas regras estéticas, nem à necessidade de protecção ambiental eficaz num ecossistema bastante frágil, como é o litoral do Bilene.

Não esquecendo que esta 'zona' costeira, é, pela sua natureza, frágil, deve ser promovido o turismo ecológico, ordenando o espaço e enquadrando as construções na própria paisagem de forma harmoniosa, não esquecendo que é preciso proceder ao ordenamento de novas áreas de protecção e que devem ser evitadas construções na praia.

Sem dúvida nenhuma que desenvolver o turismo na Vila do Bilene, aproveitando o seu potencial de recursos, é uma aventura que deve ser assumida tanto pelos industriais do ramo, como pelas estruturas de governo, cuja tarefa não poderá ser só fiscalizar como também reabilitar o parque imobiliário, reabilitar as infraestruturas sanitárias, a rede de abastecimento de água e electricidade, a rede de estradas e as próprias ruas da vila que é apontada, entre outras, pelo chefe do Posto Administrativo como uma das principais preocupações actuais. Para além disso, é necessário também repensar o comércio de forma a proporcionar ao turista aquilo que ele quer comprar; mas, acima de tudo, não esquecendo que a participação da comunidade local em todo o processo de desenvolvimento é primordial e que toda a política de turismo deve interagir em plena parceria com o planeamento e a protecção do meio natural.

## **7. CRESCIMENTO DA VILA E POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

No contexto da '*participação comunitária*', existem em todo o mundo exemplos da grande capacidade demonstrada por grupos muito pobres da população, referidos em diferente bibliografia e apresentados em reuniões internacionais, como é o caso da Cimeira de Copenhaga (1995). Nesta Cimeira foram debatidos, entre outros, os casos de participação comunitária da " Central de Cozinhas de Tahuantinsuyo " em Lima - Perú. Trata-se de cerca de 40 cozinhas individuais que se organizaram

numa federação, onde as cozinhas associadas se integraram, conseguindo ser geradoras de lucros que foram canalizados para o financiamento de outras actividades, das quais toda a comunidade foi usufrutuária, como, por exemplo, postos de saúde, espaços de recreio e até mesmo micro-empresas geradoras de emprego. É de realçar a grande capacidade e empenhamento que geralmente as mulheres conferem a este tipo de iniciativas (Copenhaga. 1995).

Outros exemplos foram apontados nesta Cimeira como o caso dos 'Comités de Paz' – Joanesburgo, na vizinha África do Sul, em que a comunidade foi capaz de mobilizar milhares de voluntários por forma a garantir que as eleições pudessem decorrer de forma o mais pacífica possível, o caso da 'Cooperativa de pescadores de Mudiali' em Calcutá – Índia, as 'mães de Acari' no Rio de Janeiro – Brasil, a reciclagem de lixo no Cairo feita pelos habitantes dos bairros de lata e, em Moçambique, o caso da (U.G.C.) União Geral das Cooperativas, que se dedica à agricultura e à pecuária e que é um exemplo de grande sucesso neste país, e tantos outros exemplos que podem ser referidos no âmbito da participação comunitária em todo o mundo.

Se considerarmos o crescimento urbano da vila do Bilene e as perspectivas de desenvolvimento futuro no que concerne à actividade turística, considerando também o ainda recente conflito armado que assolou o país e o número elevado de pessoas que se encontram a viver em situação abaixo do limiar da pobreza, será de extrema importância dar maior atenção à comunidade local em geral e aos mais pobres em particular, de forma a promoverem eles próprios a sua integração social, pois concerteza estes ainda não perderam a esperança de viver e de lutar por uma vida melhor.

Nesta perspectiva, a satisfação das necessidades básicas para toda a população desta área, tendo em conta a expansão urbana e o desenvolvimento do sector do turismo, deve passar pelo acesso à água potável e saneamento básico para todos. Aqui, não

pode ser somente o estado a ter uma palavra a dizer, mas muitas das soluções dos problemas locais deverão passar pelo total envolvimento da comunidade. As políticas a implementar necessitam de uma abordagem participativa público-privada como é referido em Textos de Apoio (1998).

Nesta óptica, a participação das comunidades locais revela-se condição essencial à formulação de soluções, tais como a criação de postos de trabalho, a protecção do ambiente local, e ao estabelecimento de serviços vários como a distribuição de água potável, a construção de habitação condigna para todos, o acesso à saúde e à educação, aos transportes e comunicações, etc. Estas são questões em que a comunidade local pode colaborar, quer directamente, quer através dos seus representantes.

Segundo Hatton et al (1996) “ *A participação das comunidades locais na tomada de decisões é crucial, não só por reflectir as necessidades locais e experiências, mas também pela sua aceitação e implementação*”.

O autor supracitado diz ainda que, formalmente, o contacto entre a autoridade estatal e local deve ser feita através dos Postos Administrativos e as localidades, estando a comunidade representada em discussão sobre concessões de terras para criação de infraestruturas sociais e económicas que tenham a ver com o ambiente na sua área de residência.

A comunidade, de acordo com o mesmo autor, deve fazer-se representar através das instituições locais, para assim fazer ouvir a sua voz. As autoridades tradicionais oferecem vantagens a este nível porquanto são elas que conhecem melhor a terra, em termos de ocupação histórica e de propriedade, podendo controlar a sociedade local e até promover a mobilização das populações na resolução de conflitos locais.

Não se pode esperar que esta " *reorganização social irá ocorrer espontaneamente, é necessário que ela seja encorajada através de ações de capacitação e fortalecimento institucional*" (Hatton et all. 1996). Existem algumas actividades que podem realizar-se sem apoio externo mas que para outras esse apoio é fundamental tanto a nível de financiamento, como a nível técnico e material. Na perspectiva do novo programa do Governo em descentralizar o poder de decisão, os distritos e os municípios passarão a assumir um papel de relevo no desenvolvimento rural e na gestão de qualquer empreendimento a assentar nas suas áreas de jurisdição. Aqui entra também o poder tradicional 'revitalizado', contribuindo para levar a cabo um melhor maneio e gestão dos recursos naturais, na distribuição de terras às populações e na atribuição de títulos e concessões do uso do solo, tanto para fins agrícolas como para a construção de empreendimentos na área urbana. Não podemos esquecer porém que estas políticas deverão ser acompanhadas de um incentivo e financiamento por parte do poder político central ( Hatton et all. 1996 ).

## **7. A NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE UM CADASTRO ACTUALIZADO E O CRESCIMENTO DA URBE**

*" A morfologia da paisagem humanizada é, em boa parte, influenciada pelo parcelamento da propriedade (TEXTOS DE APOIO.1998). Neste contexto, o planeamento e a gestão urbanística constituem um só processo que é contínuo e que não se deve dissociar das questões de uso e ocupação do solo. Por isso, a tomada de decisões ao nível do planeamento urbano acabam por ser decisões de gestão local onde o monitoramento deve ser uma constante, como forma de contribuir para que os planos se adaptem a novas realidades, e a sua execução seja assegurada. Assim, "o planeamento necessita assentar sobre uma base especializada, onde estão registados dados sobre o território , relativos ao próprio território, quanto à sua localização,*

**CURRICULUM VITAE**

**MARIA DE LURDES GOMES MIRANDA DO VALE**

**MAIO DE 2000**

# Maria de Lurdes Gomes Miranda do Vale

---

Rua Sarmiento Rodrigues  
Nº322 - Matola

Telefone 720409  
Fax 720409  
Correio electrónico  
dovale@virconn.com

<b>Experiência</b>	1999 – 2000	Escola Portuguesa de Moçambique Maputo
	<b>Docente de Geografia</b>	
	1989 – 1999	Escola Portuguesa de Maputo Maputo
	<b>Docente de Francês e de Geografia</b>	
	1981 – 1982	Escola Secundária de Silves Silves – Portugal
	<b>Docente de Francês</b>	
<b>Formação</b>	1994 – 2000	Universidade Eduardo Mondlane Maputo
	<b>Curso de Licenciatura em Geografia</b>	
	1980 – 1981	Universidade Kliment Oxridski Sófia – Búlgaria
	<b>Frequência do 1º ano do curso de Licen- ciatura em Geografia</b>	
1979 – 1980	Instituto para estudantes estrangeiros "Gamal Abdel Nacer" Sófia – Búlgaria	
	<b>Preparatório para o acesso à Universidade</b>	
	1974 – 1978	Alliance Française Santarém – Portugal
	<b>Frequência do 5º ano</b>	

1974 – 1977            Liceu Camões  
                                  Entroncamento – Portugal

**Curso complementar**

1970-1974            Escola Industrial  
                                  Entroncamento – Portugal

**Curso Geral de  
Formação Feminina**

1968 – 1970            Escola Preparatória  
                                  Entroncamento – Portugal

**Ciclo Preparatório**

1963 – 1967            Escola Primária  
                                  Entroncamento – Portugal

**Ensino Primário**

**Línguas**                    Português; Búlgaro; Francês; Inglês

**Informática**            Curso de informática no CPD – Maputo ( Lótus 123; Word Perfect;  
Ms Dos).

Conhecimentos de Ms Office ( na óptica do utilizador).

*limites e propriedade — o cadastro. Propôr áreas de expansão para aglomerados urbanos, ignorando a sua divisão cadastral e quais os agentes que detêm a sua posse, (interessados ou não em promover a sua urbanização e/ou construção) tem conduzido a que o crescimento urbano seja profundamente afectado pelo acaso do cadastro” (CORREIA, 1993).*

A propósito do mesmo assunto, esta fonte refere que o conhecimento do cadastro permite que seja feita a negociação do solo atempadamente em termos de licenciamento das áreas a urbanizar e a construir e proceder ao reparcelamento de propriedades, reduzindo, desta forma, os riscos de especulação fundiária e imobiliária.. Este, estando actualizado, deve conter informação sobre as características biofísicas do uso e ocupação do solo, alterações e dimensões, e forma e localização. Naturalmente, de acordo com este autor, para que um cadastro esteja actualizado deve observar-se um registo dinâmico, permitindo uma actualização e consulta fácil a todos os agentes do desenvolvimento urbano interessados.

O registo cadastral, como é referido em Textos de Apoio (1998), é uma base cartográfica fundamental nas questões do ordenamento do território e também na gestão urbana, facilitando o reordenamento de certas áreas.

Relativamente a este assunto, soube-se na área de estudo, junto do Chefe do Posto Administrativo, que o cadastro não está actualizado nem em seu poder e que, na realidade, torna-se muito difícil gerir uma área urbana como a vila do Bilene, com todo o crescimento que está a ocorrer sem um registo especializado onde possa assentar toda a gestão urbana.

## CAPÍTULO IV

### CONCLUSÕES

Ao analisar o ordenamento do espaço urbano na área de estudo, assim como toda a informação a que teve acesso, a autora deste trabalho foi formando algumas opiniões sobre a problemática dos assuntos tratados.

Assim, pode-se concluir que este Posto Administrativo está geograficamente bem localizado, numa área costeira, ficando a cerca de 150 km de Maputo, aproximadamente 2 horas em termos de distância-tempo, facto que lhe confere extraordinárias características para que, tomando partido do seu potencial natural, se possa desenvolver a actividade turística e, naturalmente, com ela todos os serviços de apoio.

X A Vila do Bilene insere-se no Distrito do Bilene – Macia, e constitui-se de uma área urbana e outra rural, mas é na sede do Distrito na vila da Macia, a 33 km de distância que se localizam os serviços de apoio mais importantes, inclusivé os ligados à distribuição de terras na área urbana e na área rural do posto, quer se destinem à construção de moradias, quer a equipamentos turísticos ou a outras infraestruturas, criando transtornos de ordem vária. Relativamente à existência de serviços, alguns têm sido transferidos para a Vila da Macia em vez de ser promovido o seu desenvolvimento no local. De referir o caso do Banco e do APIE.

X Por ser uma área costeira, apresenta um grande potencial turístico e condições naturais para que se possa desenvolver o turismo de veraneio com a organização de competições ao nível de desportos aquáticos.

A população residente permanente desenvolve actividades complementares ao turismo, dedicando-se também à pesca artesanal e à agricultura de subsistência; a

construção civil tem criado também, nos últimos anos, muitos postos de trabalho devido ao crescimento do sector neste Posto.

Pelo facto de não existir um PDM e um cadastro actualizado, a gestão urbana evidencia grandes dificuldades. Deste modo, pode-se dizer que:

- a construção de infraestruturas e, particularmente, a habitação na área urbana da vila está sendo feita de forma desordenada, não obedecendo a um enquadramento na paisagem natural em termos do tipo de arquitectura que apresentam, orientação das moradias e distanciamento em relação aos arruamentos;
- Quanto ao uso e aproveitamento do solo, deve ser feito o reordenamento do espaço, e devem ser estabelecidas 'zonas' de protecção, nomeadamente sobre a praia, por forma a criar uma certa organização espacial e para que o turismo se possa desenvolver de forma sustentável;
- As infraestruturas de saneamento e abastecimento de água à vila não mostram acompanhar o seu ritmo de crescimento; não estão sendo feitas obras de reabilitação da rede de abastecimento de água, sendo que o único reservatório existente é já insuficiente, tornando-se assim urgente a construção de um novo e a total substituição da canalização.
- Devem melhorar-se os serviços de fornecimento de energia eléctrica, devendo também ser criado um espaço para tratamento do lixo urbano e promover a sua recolha, para que se evitem despejos junto às fontes de água.
- A saúde é um sector que está aqui mal representado, considerando as condições da unidade sanitária existente, só com um quarto e uma auxiliar de saúde, a qual

não oferece as mínimas condições. Perspectivando o futuro, será necessário repensar a saúde nesta Vila para que possa responder ao desenvolvimento;

— No que concerne à educação faz-se notar a ausência de uma escola de nível secundário, assim como é necessário pensar-se no âmbito da formação/qualificação profissional da população, na criação de um centro que habilite a população local a trabalhar na gestão/indústria hoteleira, deixando esta de ocupar somente lugares subalternos, mas podendo exercer cargos de chefia;

— Deve ser também repensado e reestruturado o sector do comércio, por forma a criar uma boa rede de abastecimento de mercado, para garantir ao turista a compra do que ele necessita, no local;

— A participação da comunidade local mostra-se necessária em todos os sectores da vida no posto (P.A.). Por isso, é preciso permitir que esta se envolva mais nos problemas a resolver, inclusivé em acções de fiscalização e na aplicação de coimas aos que não cumprirem as regras estabelecidas;

— É urgente melhorar os acessos, ou seja, reabilitar as estradas, incluindo a que liga a vila da Macia à do Bilene. Arranjar as ruas da área urbana e organizar os acessos para a área rural tão necessitada;

— Todos estes aspectos, se não forem tomados em consideração, irão dificultar o crescimento/desenvolvimento do turismo e da vila de forma equilibrada.

Das três hipóteses apresentadas, a primeira e a segunda revelaram-se verdadeiras, não podendo dizer-se o mesmo quanto à terceira, relativamente à qual nada se pôde concluir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDULA, Mariamo Amade. “Ensaio de Reordenamento da Unidade Kansa – 1º Bairro. Cidade de Quelimane.” Trabalho para a Obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia. Universidade Eduardo Mondlane (1997).
- ACNUR/PNUD: “Perfil de Desenvolvimento Distrital “. Distrito de Bilene. Província de Gaza. Maputo (1997).
- AMARAL, Wanda do. Universidade Eduardo Mondlane. Guia de Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação. Maputo (1995).
- ARAÚJO, Manuel. Geografia dos Povoamentos. Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos .Universidade Eduardo Mondlane. Livraria Universitária. Maputo (1997).
- ATRIA, Raul, et all. Urbanizacion Estructura Urbana y Dinamica de Poblacion. Seminário organizado por: Asociacion Colombiana de Facultades de Medicina Ascofame. Bogota / Colombia (1975).
- BRITO, Raquel et all.Didáctica da Geografia. Universidade Aberta. Lisboa. (1991).
- Câmara Municipal de Almada. Plano Director. Elementos Fundamentais de Análise e Diagnóstico do Concelho de Almada (1991).
- CLAVAL, Paul. Geografia do Homem Livraria Almedina. Coimbra (1987).
- CORREIA, Paulo. Políticas de Solos no Planeamento

Municipal. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa (1993).

- ECO, Humberto. Como se faz uma Tese em Ciências Sociais. Editorial Presença (1997).
- GARRIDO, Dulce e COSTA, Rui. Dicionário Breve de Geografia. Editorial Presença. Lisboa (1996).
- GÉRARD, Hubert.(edt). Université Catholique de Louvain. Institut de Démographie ( CIDEP / CEPED ). Intégrer Population et Développement. Chaire Quetelet (1990). Academia L'Harmattan.
- GIL, António.Como Elaborar Projectos de Pesquisa. Editora Atlas S. A. São Paulo (1988).
- GOLDSTEIN, Sidney; SLY, David.(edt) “ Basic Data Needed For The Study Of Urbanization”. International Union For The Scientific Study Of Population. Ordina Editions. Belgique (1975).
- GOLDSTEIN, Sidney.et all.(edt).The Measurement of Urbanisation and Projection of Urban Population. International Union For The Scientific Study Of Population. Ordina Editions. Belgique (1975).
- Governo da Província de Gaza. Administração do Distrito do Bilene – Macia. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental. Perfil da Zona Costeira do Distrito de Bilene – Macia e Contribuição para a Definição de uma Estratégia de Desenvolvimento.(1999).
- GTA. MOÇAMBIQUE, Situação Actual do Meio Ambiente. (1990).

- HATTON, John et all. Turismo, Uso de Terra e Conflitos na Faixa Costeira Bilene – Xai-Xai – Chongoene. Paper Prepared For The Integrated Coastal Zone Management Workshop. Ilha da Inhaca, 5 – 10 May 1996.
  
- HUGON, Philippe; POURTIER, Roland.(edt). "Ville d'Afrique" número spécial.Octobre – Décembre (1993).
  
- KLOECK-JENSON, Scott et all. Análise do Projecto dos Regulamentos para a Lei de Terras em Moçambique: A Necessidade de se Ser Mais Específico. Projecto do Land Tenure Center — Moçambique (1998).
  
- LAQUIAN, Aprodicio. Vivienda Básica. Políticas sobre Lotes, Servicios y Vivienda en los Países en Desarrollo. Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo. Bogotá, Colombia (1985).
  
- LOPES, António. Desenvolvimento Regional. Serviço de Educação. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa (1995).
  
- LOPES, Leonel. Pressão Populacional na Zona Costeira – Mito ou Facto. Departamento de Geografia, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo (1996).
  
- MICOA. Macrodiagnóstico da zona costeira de Moçambique. Documento principal. (1998).
  
- MICOA. MOÇambique (Novembro de 1997).

- Ministério da Educação. Atlas Geográfico. Volume 1.  
2ª Edição (1986).
- NAZARETH, J.. Introdução à Demografia. Teoria e prática. Editorial Presença.  
(1996).
- PILILÃO, Fernando. MOCAMBIQUE: Evolução da Toponímia e da Divisão  
Territorial'. 1974 – 1987'.
- Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o  
Desenvolvimento. Desenvolvimento: Dúvidas e Esperanças. Textos recolhidos na  
Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social e no Forum Internacional das  
ONG, Copenhaga - 1995. Lisboa (1995).
- PNUD: Relatório do Desenvolvimento Humano 1997.  
Trinova Editora. Lisboa (1997).
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan. Manual de  
Investigação em Ciências Sociais. Gradiva Publicações, Lda.  
Lisboa (1998).
- RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane. A Cidade: Rumo a Uma Nova  
Definição? Edições Afrontamento. Cidade em Questão/9.  
2ª Edição (1997)
- Textos de Apoio. Universidade Eduardo Mondlane: Introdução ao Planeamento  
Urbano. Maputo (1998).

- VOABIL, Custódio. Et all. Relatório do EIA. Projecto Turístico Blue Bilene Investments, Ltd. (1994).
  
- YEUNG, Y. et all. (edt). Participación Comunitaria en la Prestación de Servicios Urbanos en Asia. Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo. Bogota. Colombia (1989).

**ANEXOS**

## ANEXO A

Mapa 1 – Divisão Administrativa do Distrito do Bilene-Macia (Gaza)

Mapa 2 – Enquadramento Regional do Distrito do Bilene-Macia

Mapa 3 – Mapa da Autoridade Tradicional da Praia do Bilene

Mapa 4 – Isoietas do Sul de Moçambique

Mapa 5 – Isotérmicas das Temperaturas Médias do Sul de Moçambique

Mapa 6 – Densidades Popacionais dos Distritos Costeiros de  
Moçambique

Mapa 7 – Áreas Prioritárias de Pesca Artesanal (Gaza)

Mapa 8 – Distribuição da Rede Sanitária e Escolar no Distrito do Bilene-  
-Macia

Mapa 9 – Localização das Instalações Turísticas da Praia do Bilene

Mapa 10 – Áreas Prioritárias da Actividade Turística (Maputo e Gaza)

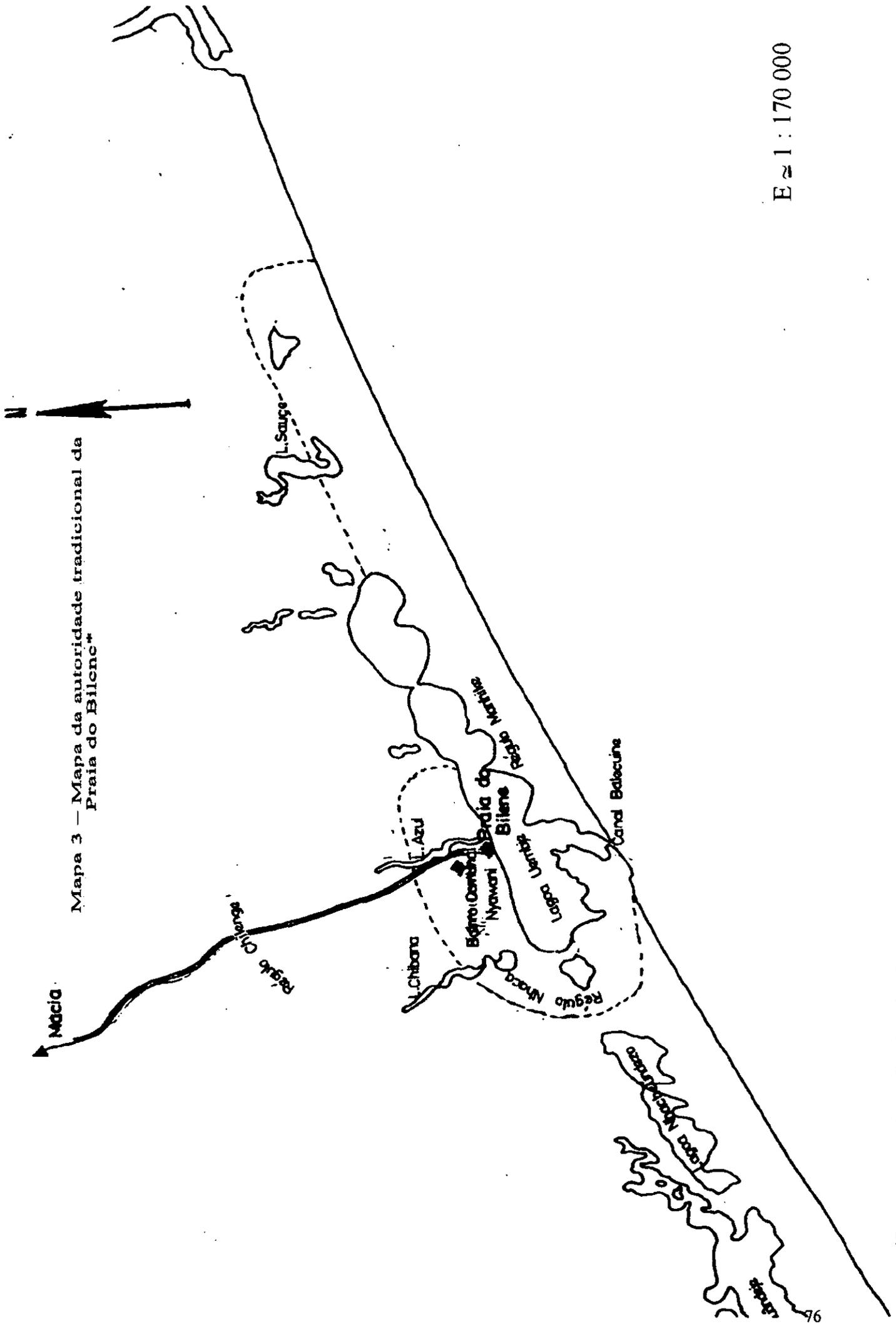
Mapa 11 – Planta de Uso e Ocupação do Solo (Área de Estudo)

Mapa 1 – Divisão Administrativa do Distrito do Bilene-Macia\*



\* Fonte: INPF – Serviço Provincial de Planeamento Físico de Gaza (Adaptado pela autora)





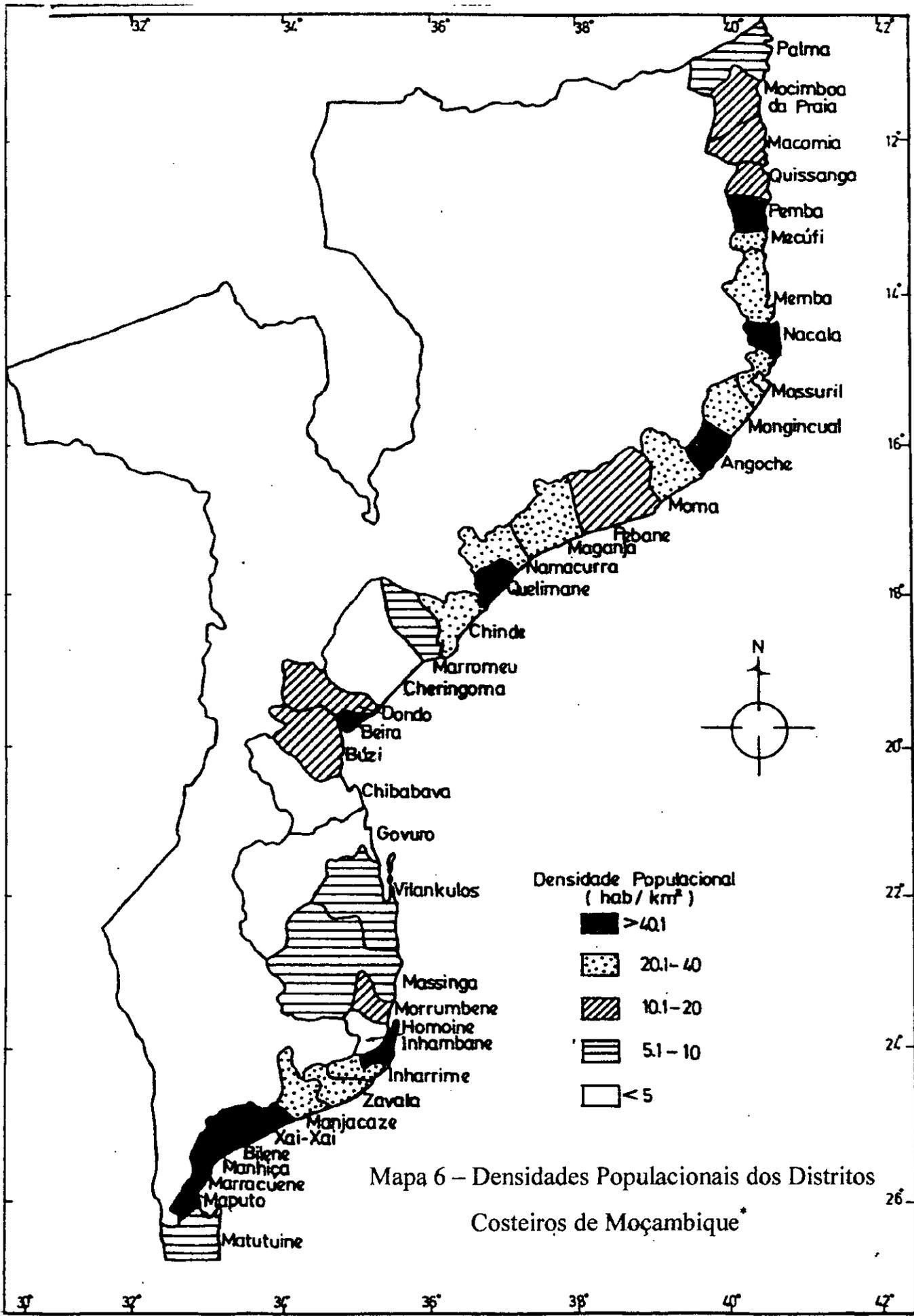
Mapa 3 — Mapa da autoridade tradicional da Praia do Bilene\*

E ≈ 1 : 170 000

\*Fonte: Hatton, John, et al (Adaptado pela autora)

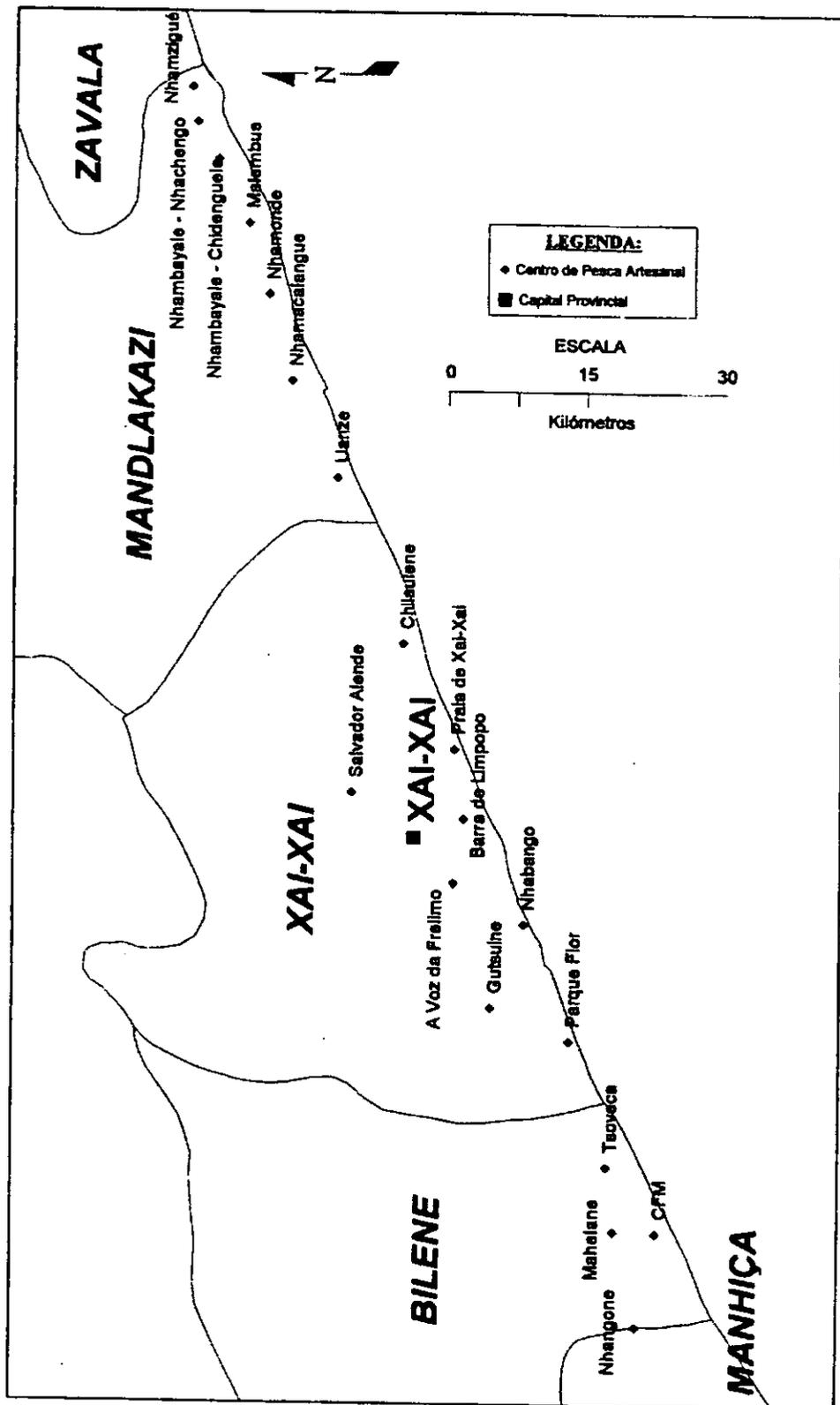






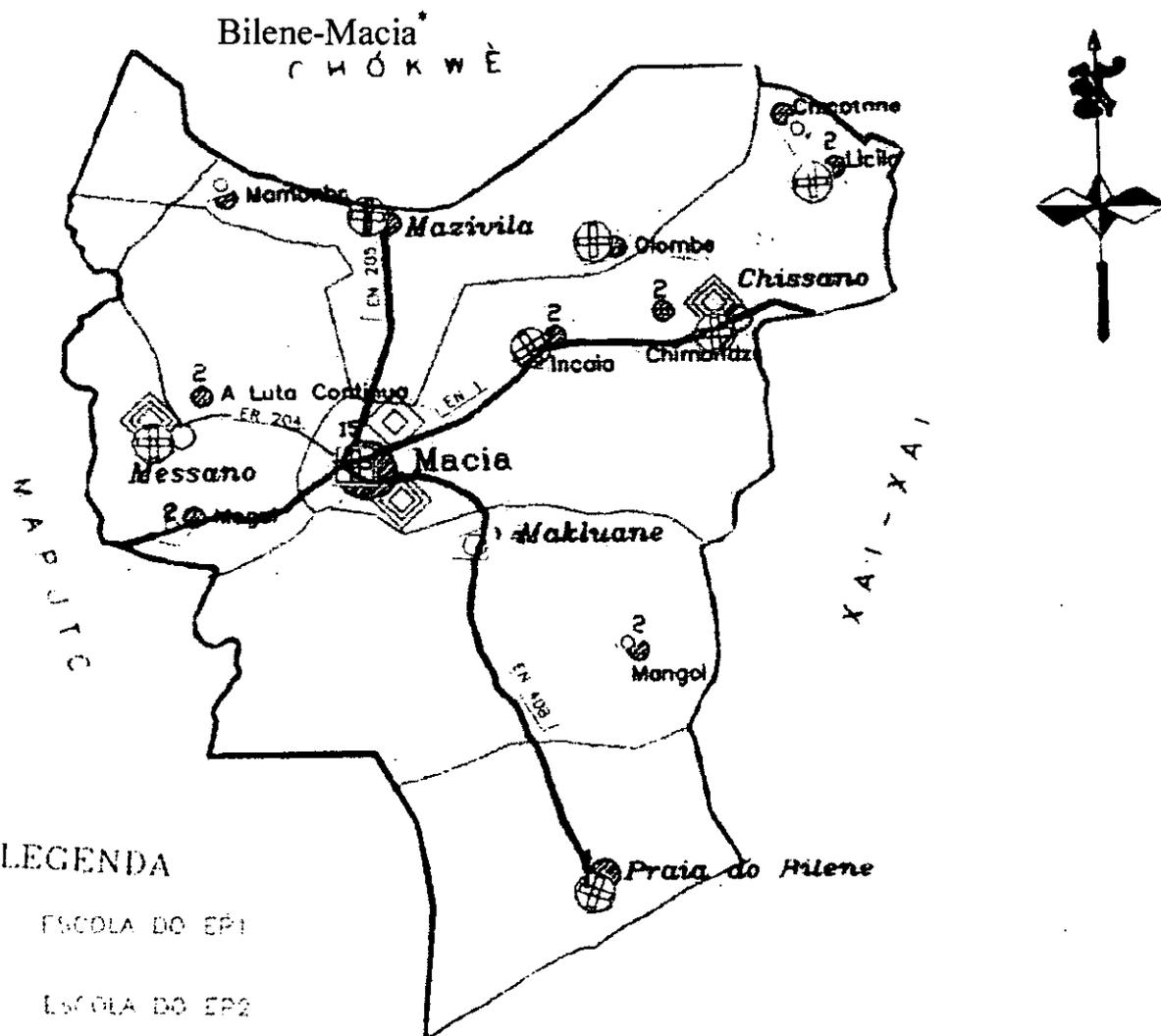
\* Fonte: LOPES, Leonel (1996)

Mapa 7 – Áreas Prioritárias de Pesca Artesanal (Gaza)



Fonte: MICOA (1998)

Mapa 8 – Distribuição da Rede Sanitária e Escolar no Distrito do



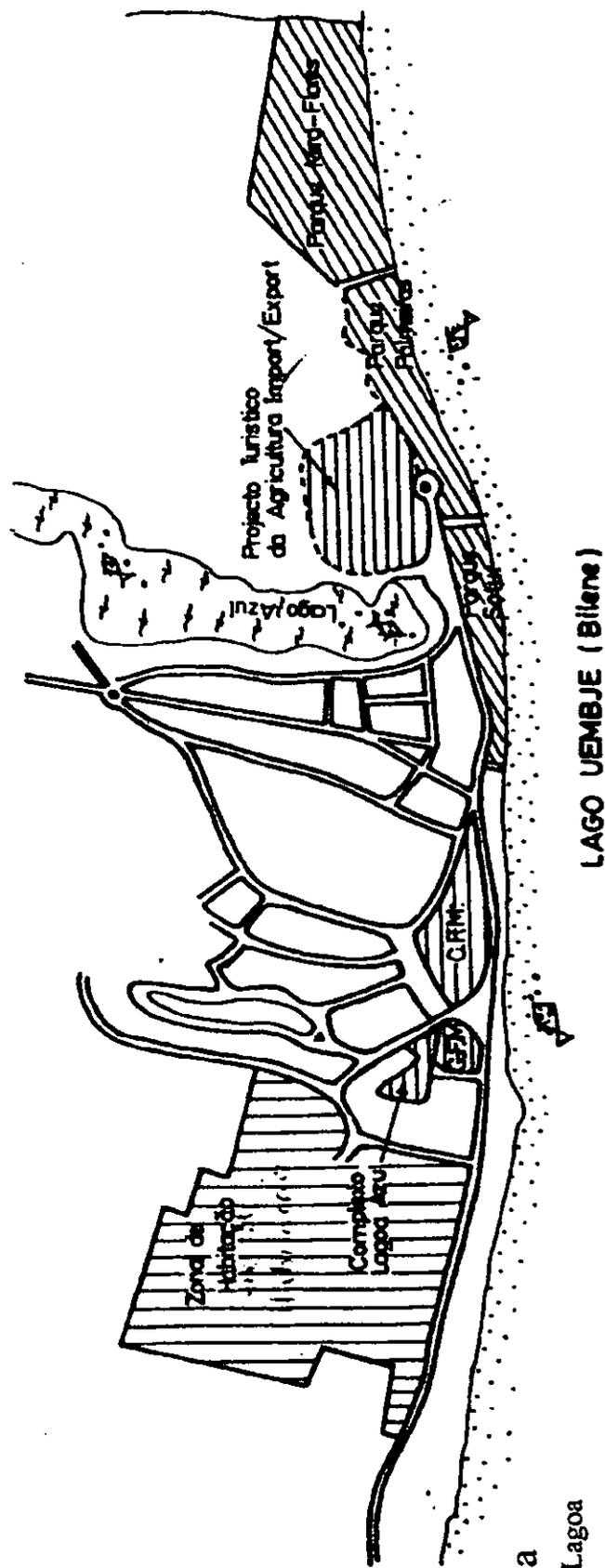
LEGENDA

- ESCOLA DO EP1
  - ESCOLA DO EP2
  - ESCOLA SECUNDARIA
  - POSTO DE SAUDE
  - CENTRO DE SAUDE
  - SEDE DO P. ADMINISTRATIVO
  - LOCALIDADE
  - LIMITE DE PROVINCIA
  - LIMITE DE DISTRITO
  - LIMITE DE P. ADMINISTRATIVO
  - ESTRADAS PRINCIPAIS
  - OUTRAS ESTRADAS
  - COSTA
- 
- 20
  - 15
  - 10
  - 5
- Nº DE SALAS DE AULAS EXISTENTE EM CADA CENTRO HABITACIONAL
- 
- EN – Estrada Nacional
  - ER – Estrada Regional
  - N/C – Estradas não classificadas

E ≈ 1 : 385 000

\* Fonte: DNAL – Direcção Nacional de Administração Local – 1997 (Adaptado pela autora)

Mapa 9 – Localização das Instalações Turísticas da Praia do Bilene\*

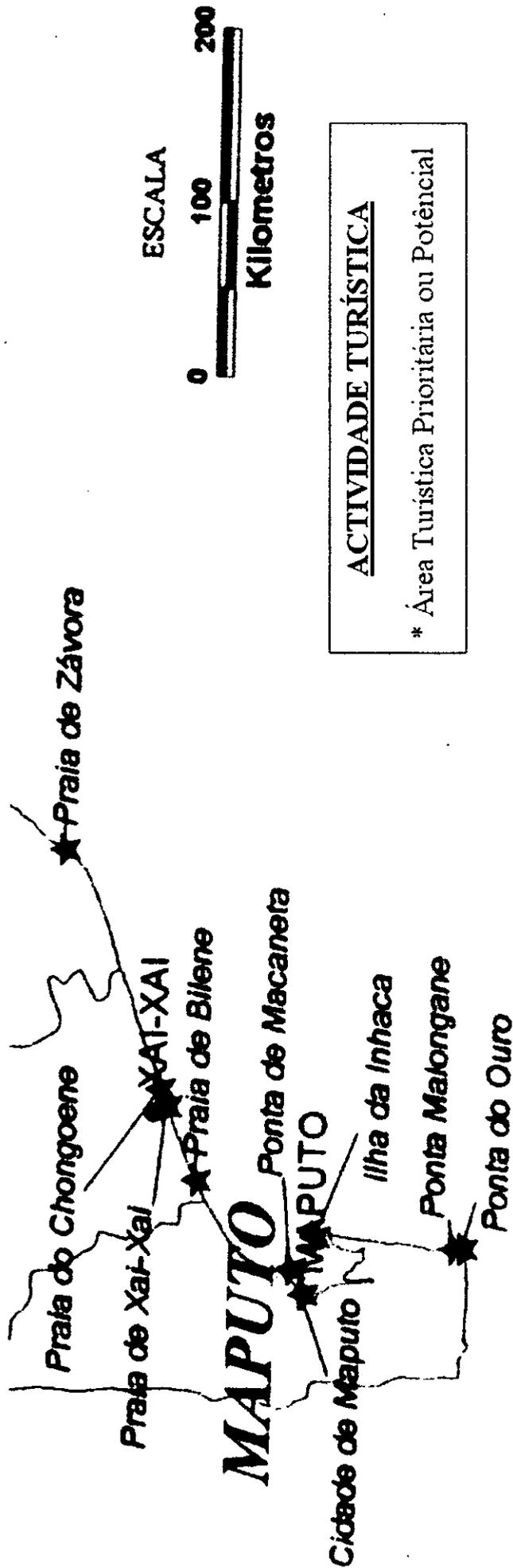


Legenda

- Lagoa
- Lago Uembje
- Projecto turístico
- Parque de campismo
- Complexo turístico
- 'Zona' de habitação
- Ruas

\*Fonte: HATTON, John, et all (1996)

Mapa 10 – Áreas Prioritárias da Actividade Turística (Maputo e Gaza) \*



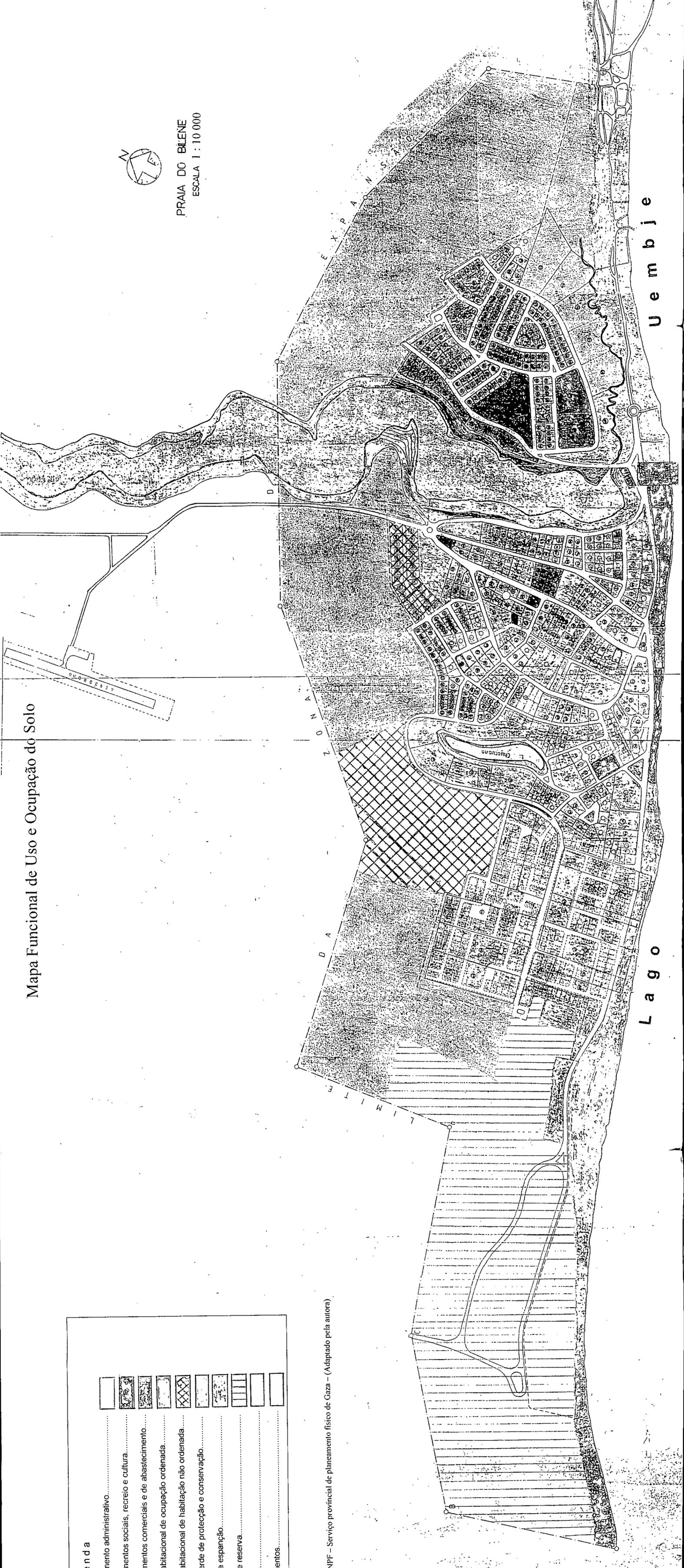
# Mapa Funcional de Uso e Ocupação do Solo

L e g e n d a	
	Equipamento administrativo.....
	Equipamentos sociais, recreio e cultura.....
	Equipamentos comerciais e de abastecimento.....
	Zona habitacional de ocupação ordenada.....
	Zona habitacional de habitação não ordenada.....
	Zona verde de protecção e conservação.....
	Zona de expansão.....
	Zona de reserva.....
	Lagoas.....
	Arruamentos.....

Fonte: INPP - Serviço provincial de planeamento físico de Gáza - (Adaptado pela autora)



PRAIA DO BILENE  
ESCALA 1 : 10 000



## ANEXO B

Foto 1 – Instalações do APIE e do BPD Abandonadas

Foto 2 – Vista Parcial da Lagoa Azul

Foto 3 – Instalações Comerciais Degradadas

Foto 4 – Vista Panorâmica da Vila do Bilene

Foto 5 – Mercado Formal da Praia do Bilene

Foto 6 – Mercado Formal/Informal da Praia do Bilene

Foto 7 – Escola EP2

Foto 8 – Centro de Apoio à Criança Desprotegida

Foto 9 – Posto de Saúde da Vila do Bilene

Foto 10 – Depósito da Água

Foto 11 – Recepção do “Parque das Flores”

Foto 12 – “Flats” do “Parque das Flores”

Foto 13 – Marcas dos Níveis da Água nas Habitações no “Parque das Flores”

Foto 14 – Instalações Degradadas no “Parque das Flores”

Foto 15 – Aspecto Geral do “Parque das Flores”

Foto 16 – Aspecto Geral do “Parque das Flores”

Foto 17 – Residência “Bula-Bula”

Foto 18 – Parque “Palmeiras Bilene”



Foto 1 – Instalações do APIE e do BPD abandonadas



Foto 2 – Vista parcial da Lagoa Azul



Foto 3 – Instalações comerciais degradadas

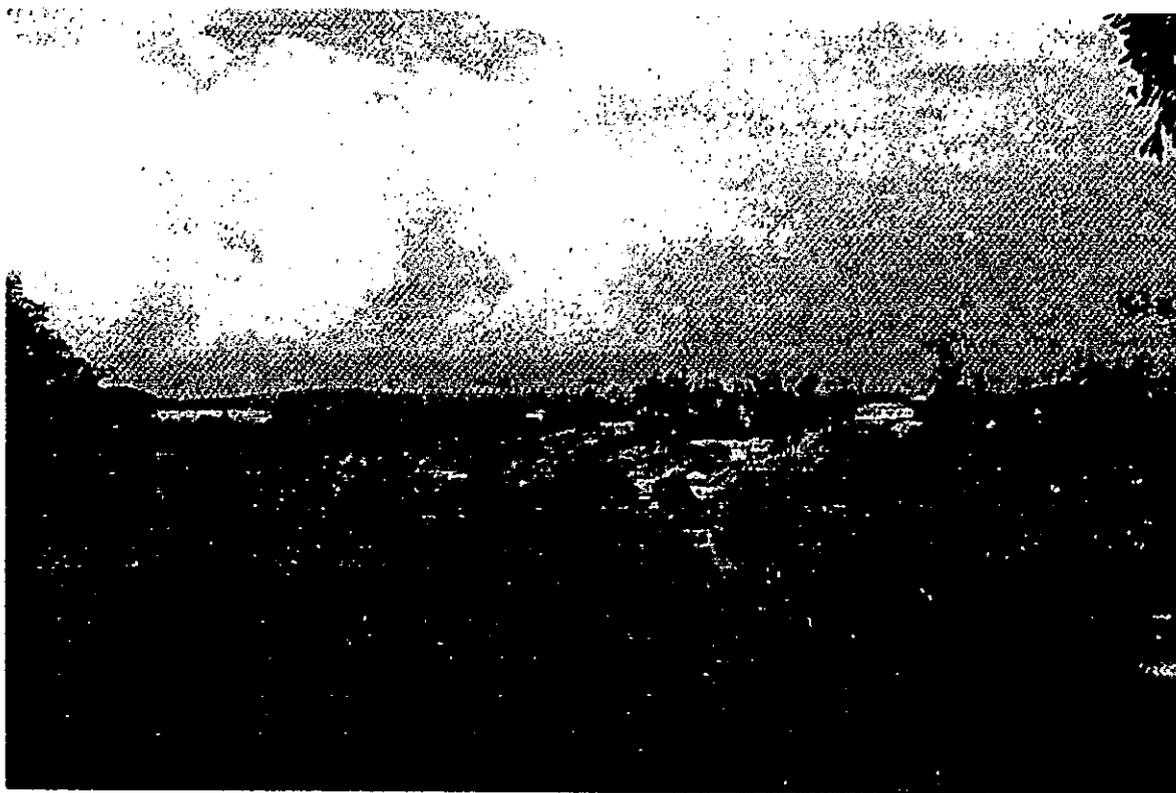


Foto 4 – Vista panorâmica da Vila do Bilene

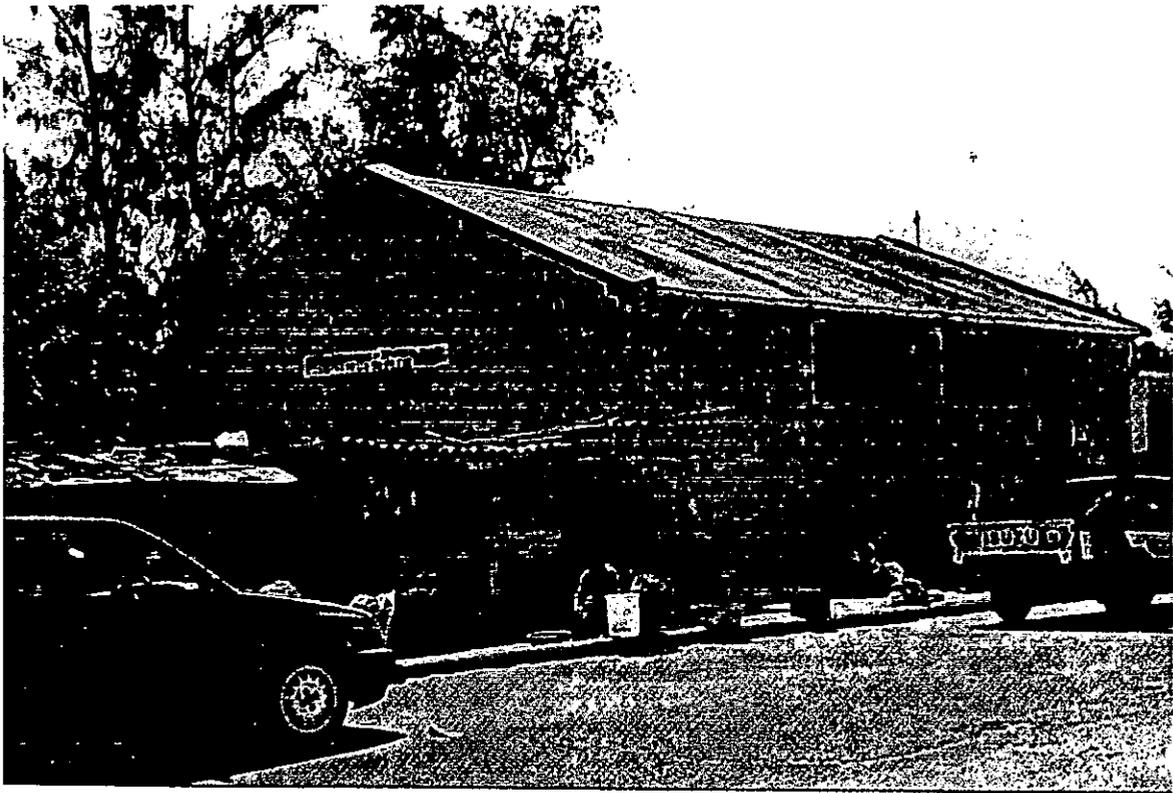


Foto 5 – Mercado formal da Praia do Bilene

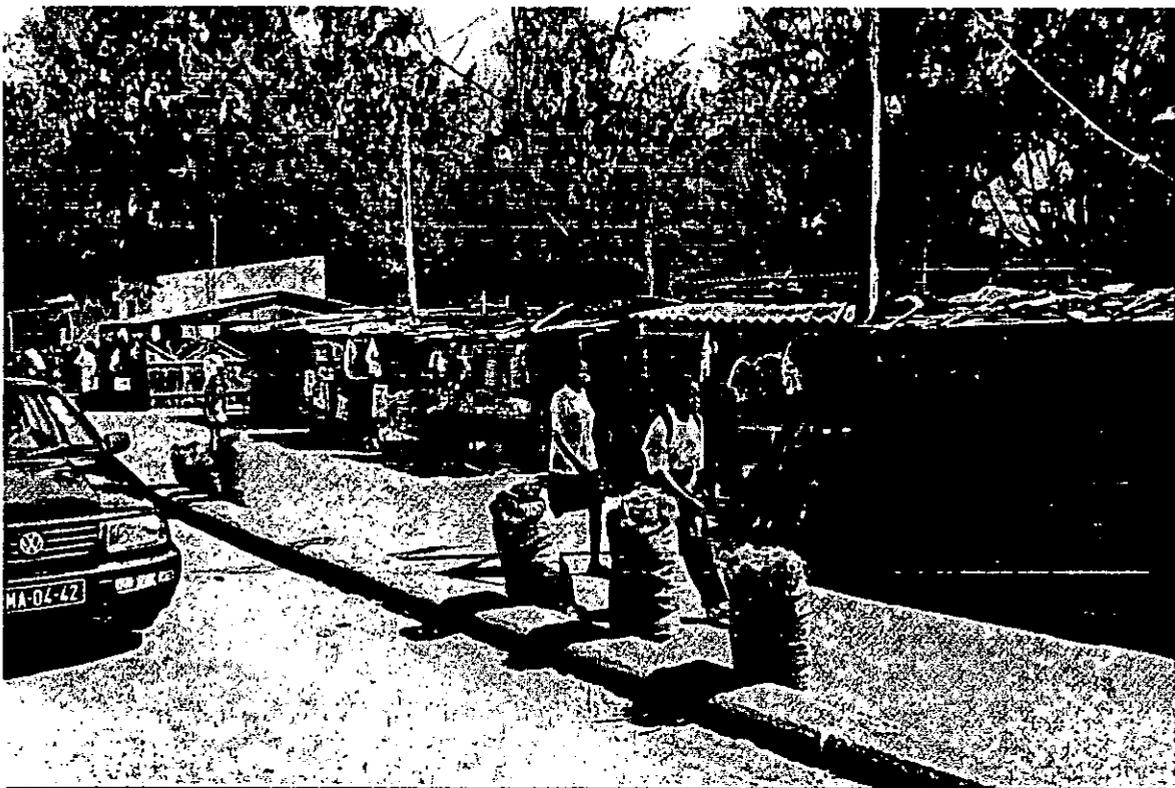


Foto 6 – Mercado formal/informal da Praia do Bilene



Foto 7 – Escola EP2

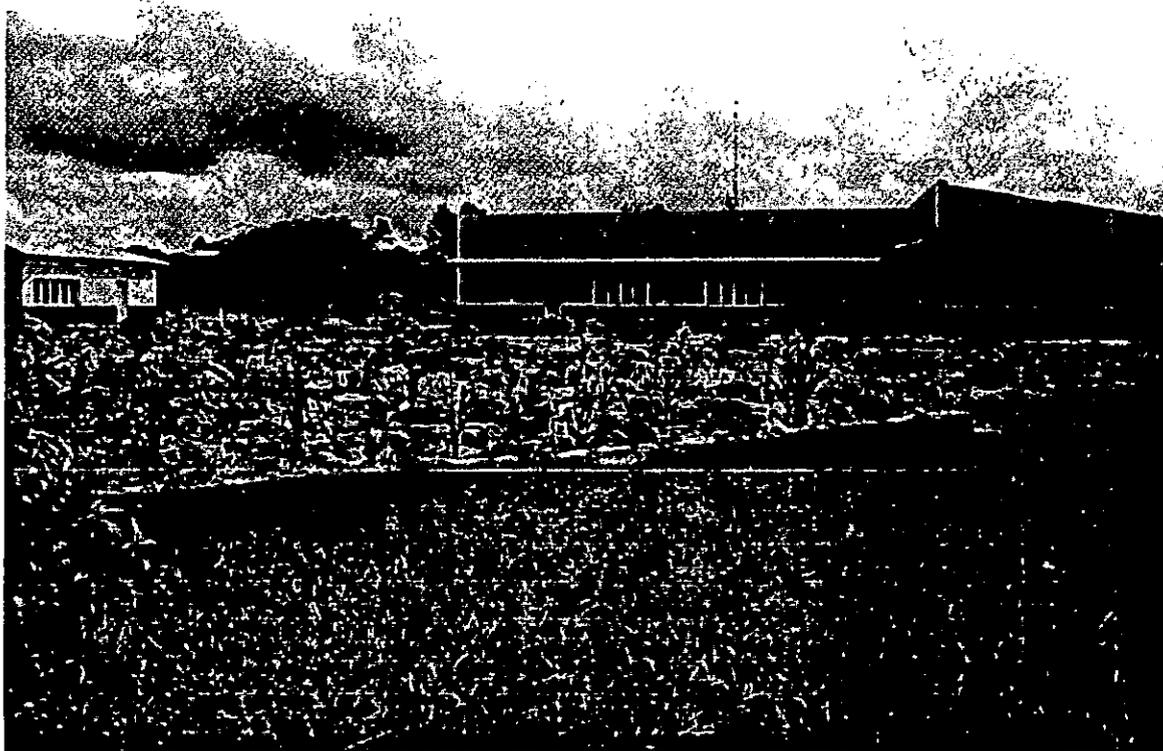


Foto 8 – Centro de apoio à criança desprotegida

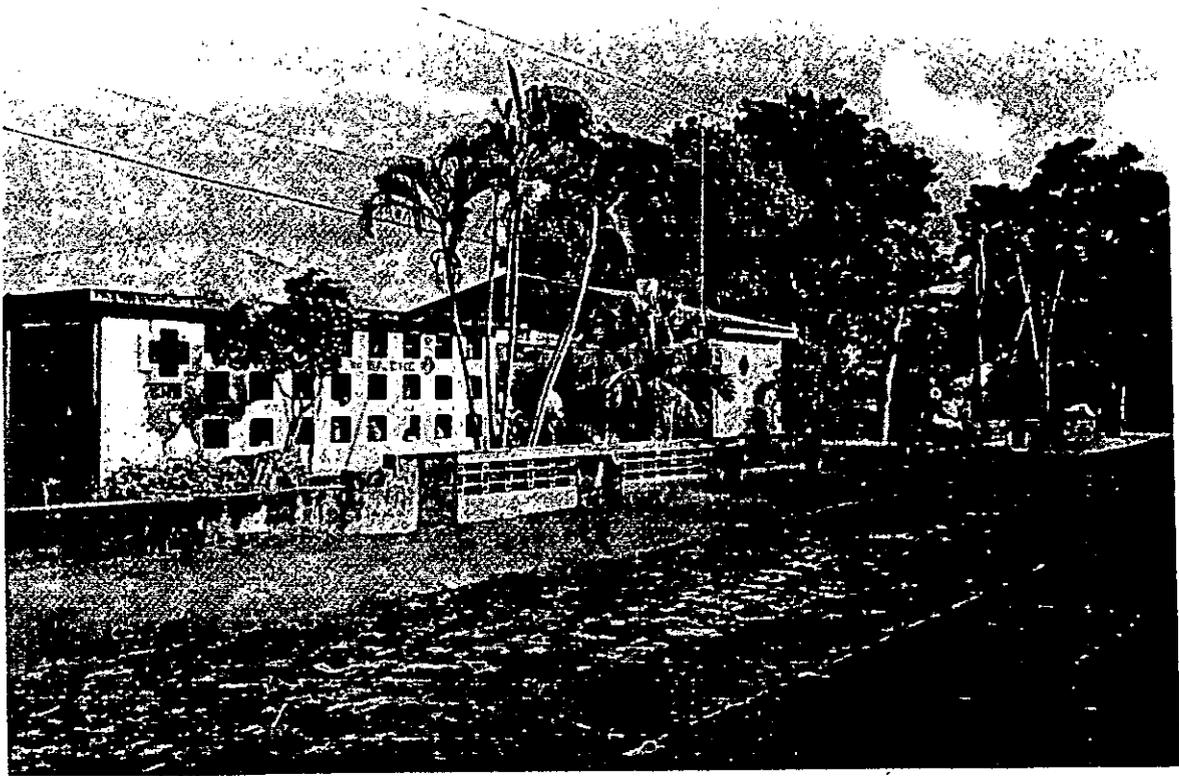


Foto 9 – Posto de saúde da Vila do Bilene



Foto 10 – Depósito de água



Foto 11 – Recepção do “Parque Flores”



Foto 12 – ‘Flats’ do “Parque Flores”



Foto 13 – Marcas dos níveis da água nas habitações no “Parque Flores”



Foto 14 – Instalações degradadas no “Parque Flores”



Foto 15 – Aspecto geral do “Parque Flores”



Foto 16 – Aspecto geral do “Parque Flores”



Foto 17 – Residência “Bula-Bula”

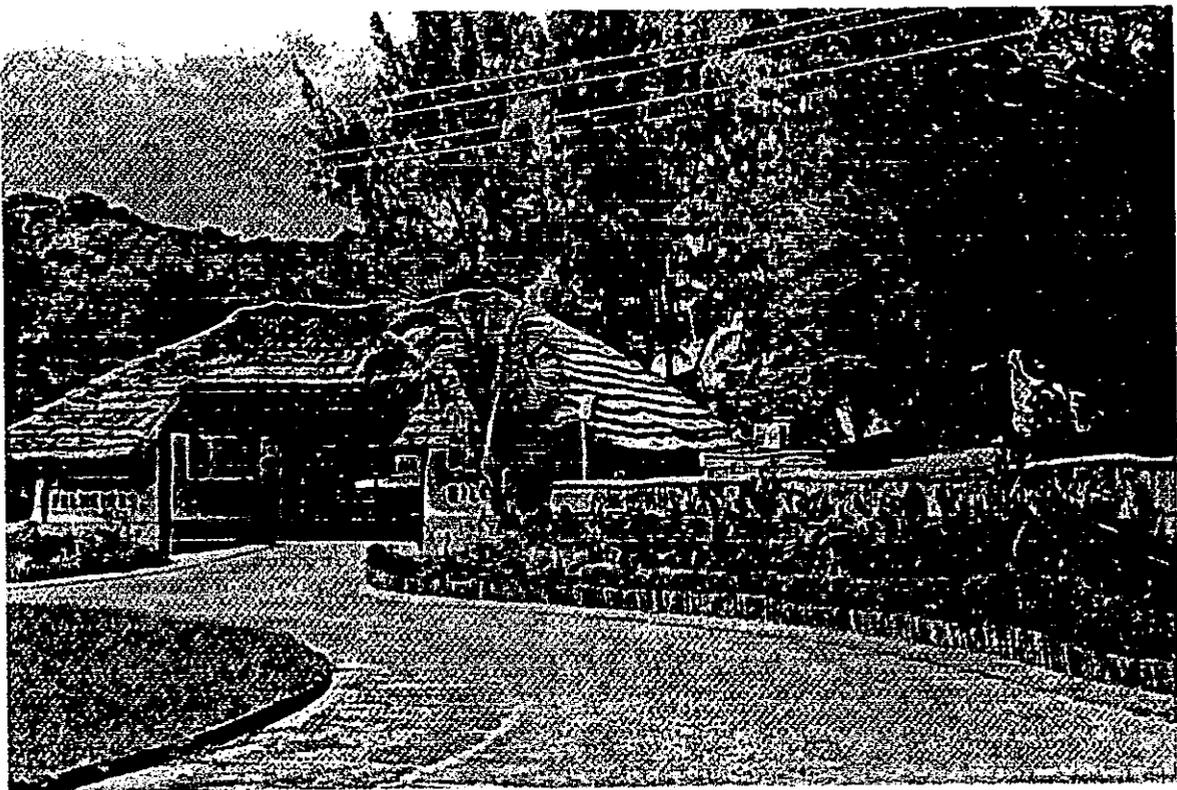


Foto 18 – Parque “Palmeiras Bilene”